

GOIASPREV INVEST



A Revista de Investimentos do
Regime Próprio de Previdência Social
do **Estado de Goiás**



Relatório de Investimentos

MAIO DE 2026

Ano 2026

Edição 005

GOIASPREV

GOVERNO DE
GOIÁS
O ESTADO QUE DÁ CERTO

Comentário da Gestão

O mês de maio de 2026 foi marcado pela manutenção de um ambiente econômico desafiador, caracterizado pela persistência das pressões inflacionárias decorrentes do cenário internacional e pela elevação das expectativas de inflação para os próximos exercícios. O IPCA acumulado em 12 meses voltou a ultrapassar o limite superior da banda de tolerância da meta de inflação, enquanto os indicadores de difusão e núcleo inflacionário continuam apontando para um processo de desinflação mais lento e gradual. Nesse contexto, as perspectivas de redução da taxa básica de juros permanecem limitadas, reforçando a importância de uma gestão previdenciária pautada pela prudência, disciplina e visão de longo prazo.

No âmbito da gestão dos investimentos, maio representou mais um importante passo na implementação da Política de Investimentos de 2026. Com a consolidação da estrutura de custódia qualificada e o avanço da estratégia de alocação por subcarteiras, foi ampliada a participação dos títulos públicos federais adquiridos diretamente no âmbito da Subcarteira de Imunização. Essa movimentação fortalece o alinhamento entre os ativos garantidores e as obrigações atuariais do regime, contribuindo para a redução dos riscos de reinvestimento e para a construção de uma carteira mais aderente ao perfil de longo prazo dos passivos previdenciários.

A carteira do Fundo Previdenciário permaneceu integralmente enquadrada nos limites da Resolução CMN nº 5.272/2025 e das diretrizes estabelecidas na Política de Investimentos, mantendo predominância em ativos de renda fixa e elevado padrão de segurança. Destaca-se, ainda, a continuidade do processo de reorganização dos recursos entre as subcarteiras de Liquidez e Estabilidade, Imunização e Riscos, modelo que busca conciliar proteção atuarial, gestão eficiente da liquidez e aproveitamento de oportunidades de geração de valor no longo prazo.

A GOIASPREV segue comprometida com a adoção das melhores práticas de governança, gestão de riscos e sustentabilidade, mantendo o foco na preservação do patrimônio previdenciário e na busca do equilíbrio entre segurança, rentabilidade e liquidez. Em um ambiente de incertezas econômicas e de constantes transformações nos mercados financeiros, permanecemos atuando com responsabilidade e rigor técnico para assegurar a sustentabilidade dos fundos administrados e a proteção dos direitos dos segurados e beneficiários.



Leonardo Lúcio Barbosa Ferreira
Diretor de Gestão de Ativos e Passivos



Antonio Francisco Craveiro Portela
Gerente de Investimentos

Cenário Econômico-Financeiro.....	4
Boletim GINV	4
Boletim FOCUS	5
Conjuntura	6
Perspectiva	8
Análise da Inflação.....	9
Espaço Aberto	12
Enquadramento.....	14
Desempenho.....	16
Rentabilidades	23
Análise das Instituições Financeiras.....	26
Acompanhamento de Dealers.....	26
Acompanhamento dos riscos.....	29
Análise do desempenho das Subcarteiras.....	33
Sustentabilidade ESG.....	34
Controle das Atividades.....	35

Cenário Econômico-Financeiro

TABELA 1 - BOLETIM GINV MAIO/2026

Indicador	2026	2027	2028	2029	2030	2031
Crescimento do PIB	1,45%	1,77%	1,74%	1,66%	1,61%	1,56%
Desemprego	6,71%	6,87%	6,29%	5,72%	5,36%	4,97%
Inflação	4,90%	4,15%	4,07%	3,62%	3,30%	2,93%
Dólar	R\$5,35	R\$5,48	R\$5,62	R\$5,75	R\$5,89	R\$6,03
SELIC (fechamento)	13,98% a.a.	12,54% a.a.	11,23% a.a.	9,88% a.a.	8,53% a.a.	7,18% a.a.
SELIC (média)	14,28% a.a.	13,04% a.a.	11,74% a.a.	10,39% a.a.	9,04% a.a.	7,68% a.a.
SELIC REAL (fechamento)	8,66% a.a.	8,06% a.a.	6,88% a.a.	6,04% a.a.	5,06% a.a.	4,13% a.a.
SELIC REAL (média)	8,94% a.a.	8,54% a.a.	7,37% a.a.	6,53% a.a.	5,56% a.a.	4,61% a.a.
META ATUARIAL (Inflação + 5,65%)	10,83%	10,03%	9,95%	9,47%	9,14%	8,75%

TABELA 2 - FOCUS 29/05/2026

Indicador	2026	2027	2028	2029
Crescimento do PIB	1,90%	1,70%	2,00%	2,00%
Desemprego				
Inflação	5,09%	4,02%	3,66%	3,50%
Dólar	R\$5,16	R\$5,25	R\$5,30	R\$5,40
META SELIC (fechamento)	13,25% a.a.	11,25% a.a.	10,00% a.a.	10,00% a.a.
SELIC (média)				
SELIC REAL (fechamento)	7,76% a.a.	6,95% a.a.	6,12% a.a.	6,28% a.a.
SELIC REAL (média)				
META ATUARIAL (Inflação + 5,65%)	11,03%	9,90%	9,52%	9,35%

Conjuntura

A inflação de maio, medida pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de 0,58%,¹ fechamento mensal mais baixo desde o início da Guerra de EUA e Israel contra o Irã (28/02/2026). Para efeito de comparação, nem mesmo o mês de maio de 2022, quando a Guerra Russo-Ucraniana (iniciada em 24/02/2022) ainda não tinha sido plenamente acomodada pelo mercado, teve tal inflação, aferindo tal inflação 0,47%. Até o momento, o choque inflacionário da Guerra de Israel e EUA contra Irã se mostrou bastante duradoura, inclusive mais persistente que a Guerra Russo-Ucraniana, em nenhum dos três meses posteriores ao início da guerra, a inflação ficou abaixo de 0,5%, tendo ficado em 0,88% (março), 0,67% (abril) e 0,58% (maio). Apesar de menos duradouro (pelo menos no primeiro trimestre após o conflito), o choque econômico do conflito do Leste Europeu foi muito mais intenso, aferindo inflação de 3,18% no trimestre março-abril-maio em 2022, em 2026 a inflação é substancialmente menor (2,15%).

A atual Guerra dos EUA e Israel contra o Irã afeta drasticamente a oferta de petróleo, indiretamente, o de transporte, fertilizantes e alimentos. O acumulado de 12 meses de abril subiu de 4,39% (abril/2026) para 4,72%, saindo da banda da meta definida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) de $3\% \pm 1,5 \text{ p.p.}$ ²

A inflação de 12 meses não ficava fora da banda desde outubro de 2025, sendo a principal explicação para isso o conflito no Oriente Médio. Os grupos de preços que mais influenciaram na elevada inflação foram o de alimentação e bebidas e habitação, tendo subido respectivamente 1,33% e 1,22%. O encarecimento dos fertilizantes, causado pelo encarecimento do petróleo (matéria-prima de muitos fertilizantes), junto ao início da estação seca e à entressafra das principais culturas explica a elevação dos alimentos e bebidas, o reajuste generalizado da energia elétrica explica grande parte dos preços do grupo de habitação.³ A difusão da inflação permanece em nível similar ao do mês passado (65,25), encerrando o mês de maio em 64,99. Numa economia saudável, a difusão tende a estar entre 40 e 60.⁴ Embora a difusão não esteja num nível que indique um distúrbio grave, esse comportamento já indica uma inflação alarmantemente generalizada.

A lenta convergência da inflação de 12 meses com o núcleo (medido pelo IPCA-EX1, que exclui alimentos e combustíveis que possuem preço mais volátil) verificada no gráfico, tendo a inflação de maio/2026 aferido 4,72% e seu núcleo 4,76%, é um indício de que a inflação entrará numa fase de persistência nos próximos meses (podendo ou não tal resistência ser vencida posteriormente).⁵



Após tendência de queda que durou desde o fim de 2025, o dólar volta a subir entre o final de abril e início de maio. Do fechamento de dezembro ao fechamento de abril o dólar PTAX de compra caiu 9,34%, taxa equivalente a 2,42% a.m. De abril para maio, o dólar PTAX subiu de R\$ 4,988 para R\$ 5,0563, assinalando tênue inversão da tendência de queda, tendo subido no mês de maio 1,37%.⁶ A cotação do dólar no fechamento de abril estava em R\$ 4,9546 indo para R\$ 5,0368, tendo subido 1,66%.⁷ Essa inversão se deve ao fim do influxo estrangeiro na bolsa doméstica e a estabilidade do status quo do conflito no Oriente Médio, relaxa a pressão sobre o petrodólar, flexibilizando, consequentemente, um fator de enfraquecimento do dólar. A perspectiva de manutenção da taxa básica de juros dos EUA concomitante à queda da taxa básica do Brasil, também constitui uma pressão altista do dólar. Após registrar 6,1% no encerramento do primeiro trimestre de 2026, patamar 1 ponto percentual acima da mínima da série histórica, a taxa de desemprego caiu para 5,8% no trimestre móvel de fevereiro a abril. Tal variação assinala uma continuidade da atividade econômica em relação ao trimestre-móvel anterior, dada sua pequena dimensão.

No entanto, se quedas do desemprego dessa ordem persistirem nos próximos meses, pela Lei de Okun, isso poderia indicar que as perspectivas do mercado quanto ao crescimento do PIB (que tem ficado abaixo de 2% de crescimento para 2026 e 2027)⁸ estariam um tanto pessimistas.

¹ IBGE: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/precos-e-custos/9256-indice-nacional-de-precos-ao-consumidor-amplo.html?=&t=series-historicas>

² BANCO CENTRAL: <https://www.bcb.gov.br/controleinflacao/metainflacao>

³ IBGE: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/47088-em-maio-ipca-fica-em-0-58>

⁴ BANCO CENTRAL: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=visualizarValores>

⁵ BANCO CENTRAL: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/consultarvalores/consultarValoresSeries.do?method=consultarValores>

⁶ BANCO CENTRAL: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/historicocotacoes>

⁷ INVESTING: <https://br.investing.com/currencies/usd-brl-historical-data>

⁸ BANCO CENTRAL: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20260612.pdf>



PERSPECTIVA

O mês de maio consolidou um agravamento do quadro inflacionário, com a internalização dos choques de oferta deflagrados pela Guerra de EUA e Israel contra o Irã. O dado mais expressivo é a projeção do mercado para a inflação de 2026, que superou a barreira dos 5% pela primeira vez no ano, alcançando 5,09% no Boletim Focus de 29/05/2026. Trata-se da 12ª alta consecutiva das expectativas, um movimento contínuo que se iniciou logo após o começo do conflito. A estimativa para o IPCA de 2027 do mesmo boletim também foi marginalmente ajustada para cima, a 4,02%. As projeções da Gerência de Investimentos apontam um choque menos intenso em 2026, porém mais duradouro, ficando a inflação anual acima de 4% até 2028. As estimativas do mercado, por seu turno, apontam que em 2028 a inflação já estaria em 3,66%.⁹ A persistência da guerra no Oriente Médio é o principal vetor dessa deterioração, mantendo a pressão sobre os preços do petróleo e, por consequência, sobre os custos de transporte, fertilizantes e alimentos. O mercado já não vê espaço para cortes rápidos e profundos na taxa SELIC.

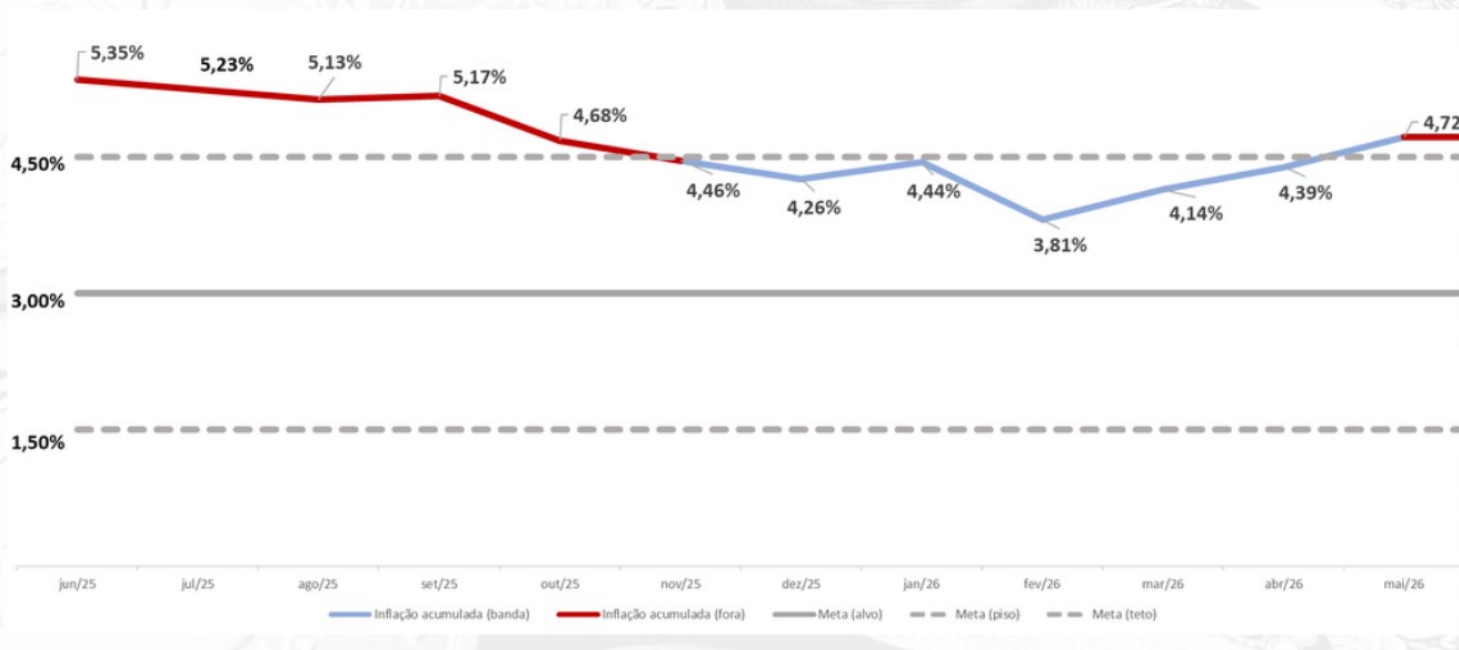
A projeção do mercado para a meta SELIC no fim de 2026 se estabilizou em 13,25% a.a., mas o viés é de que os juros permaneçam elevados por mais tempo, uma vez que a inflação esperada segue distante do centro da meta de 3%. A possibilidade de um corte de 0,25 ponto percentual na reunião do COPOM dos dias 17 e 18/06/2026 permanece no radar, porém como um movimento limitado e cauteloso. As estimativas da GINV têm projetado taxas básicas de juros maiores, apontando para o fim de 2026 13,98% a.a. Isso indica uma meta SELIC entre 14,25% a.a. e 13,75% a.a. Persistem as perspectivas de baixo dinamismo econômico, explicado em grande medida pela lei de Okun, dado que o desemprego tem estado em nível próximo ao mínimo histórico. Acresce-se a isso o fim do efeito rebote da crise do coronavírus e o momento recessivo da economia mundial. Não há alterações significativas para a taxa de câmbio em relação às projeções de abril.

⁹ BANCO CENTRAL: <https://www.bcb.gov.br/content/focus/focus/R20260522.pdf>



Análise da Inflação

GRÁFICO 1 - COMPORTAMENTO DA INFLAÇÃO NOS ÚLTIMOS 12 MESES



O Gráfico 1 evidencia a trajetória da inflação acumulada em 12 meses entre junho de 2025 e maio de 2026, em comparação com os limites da banda de tolerância da meta de inflação. Observa-se que, no início do período analisado, a inflação permaneceu acima do limite superior da banda, registrando 5,35% em junho de 2025 e mantendo-se em patamares elevados até outubro, quando alcançou 4,68%. Esse comportamento demonstra que as pressões inflacionárias ainda se encontravam acima do intervalo considerado compatível com o regime de metas.

A partir desse período, verifica-se um movimento de desaceleração mais consistente da inflação, culminando em novembro de 2025, quando o índice atingiu 4,46%, passando a situar-se dentro da banda de tolerância. Essa transição representa um marco importante no processo de convergência inflacionária, indicando maior aderência aos objetivos estabelecidos pela política monetária.

Nos meses subsequentes, a inflação permaneceu dentro do intervalo de tolerância, apresentando oscilações moderadas. Em dezembro de 2025, o índice recuou para 4,26%, voltando a subir para

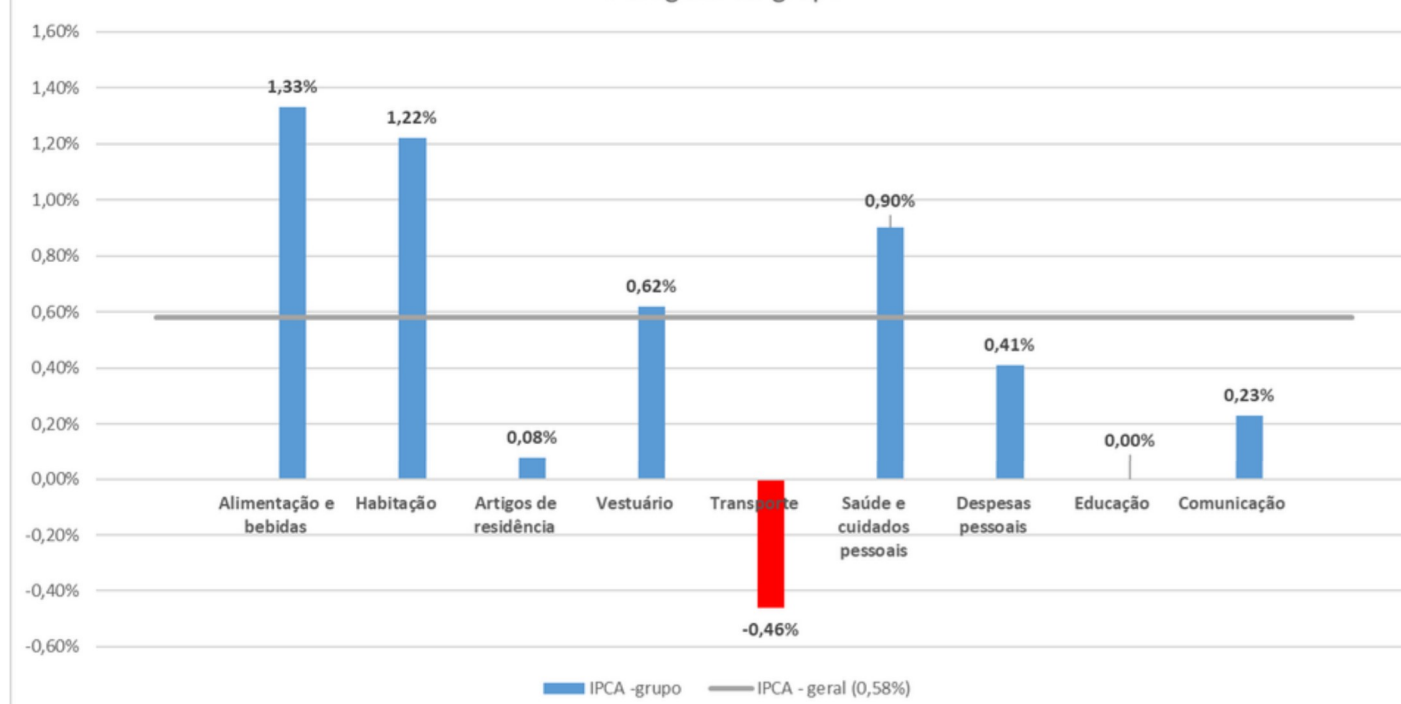
4,44% em janeiro de 2026. Em fevereiro, registrou-se o menor nível do período dentro da banda, com 3,81%, seguido de recuperação gradual para 4,14% em março e 4,39% em abril.

Entretanto, em maio de 2026, a inflação acumulada voltou a ultrapassar o limite superior da banda, alcançando 4,72%. Esse movimento reflete uma retomada das pressões inflacionárias, possivelmente associada a fatores conjunturais, como oscilações nos preços de commodities, combustíveis e alimentos, além de incertezas no cenário econômico internacional.

Dessa forma, o gráfico demonstra que, após um período de significativa desaceleração e enquadramento da inflação dentro dos limites estabelecidos pela meta, houve uma reversão parcial desse movimento ao final da série analisada. Apesar da melhora observada ao longo de grande parte do período, o resultado de maio de 2026 indica a necessidade de acompanhamento contínuo da dinâmica dos preços, tendo em vista o retorno da inflação para níveis acima do limite superior da banda de tolerância.

GRÁFICO 2 - IPCA POR GRUPO DE PREÇOS

IPCA geral vs. grupo



O gráfico referente à inflação por grupos no mês de maio de 2026 evidencia a contribuição heterogênea dos diferentes componentes do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que registrou variação de 0,58% no período. Observa-se que alguns grupos apresentaram variações significativamente acima da média, exercendo maior pressão inflacionária, enquanto outros registraram variações mais moderadas, estabilidade ou até mesmo retração.

Destacam-se entre os grupos com maior elevação Alimentação e bebidas (1,33%), Habitação (1,22%) e Saúde e cuidados pessoais (0,90%), todos com variações superiores ao IPCA geral. Esses grupos foram os principais responsáveis pela elevação do índice no mês, impactando diretamente o custo de vida da população, especialmente em razão do peso que possuem na cesta de consumo das famílias.

Em um nível intermediário, aparecem os grupos Vestuário (0,62%), Despesas pessoais (0,41%), Comunicação (0,23%) e Artigos de residência (0,08%), todos com variações positivas, porém inferiores ao índice geral. Esses resultados indicam pressões inflacionárias mais moderadas, contribuindo para a alta do IPCA, mas sem protagonismo na composição do resultado do período.

Por outro lado, o grupo Transportes (-0,46%) apresentou variação negativa, configurando-se como o principal fator de contenção da inflação no mês. A redução observada nesse segmento contribuiu para amenizar parte das pressões inflacionárias provenientes dos demais grupos. Destaca-se ainda o grupo Educação (0,00%), que permaneceu estável no período, sem influência relevante sobre o índice geral.

Dessa forma, a análise do gráfico demonstra que a inflação de maio de 2026 foi fortemente influenciada pelos aumentos registrados nos grupos Alimentação e bebidas, Habitação e Saúde e cuidados pessoais, enquanto a deflação observada em Transportes contribuiu para limitar uma elevação mais intensa do IPCA. Essa composição reforça a importância da análise desagregada dos índices de preços, permitindo identificar os principais vetores de pressão inflacionária e compreender seus impactos sobre o poder de compra da população.

GRÁFICO 3 - IPCA ACUMULADO EM 12 MESES VS. NÚCLEO DA INFLAÇÃO

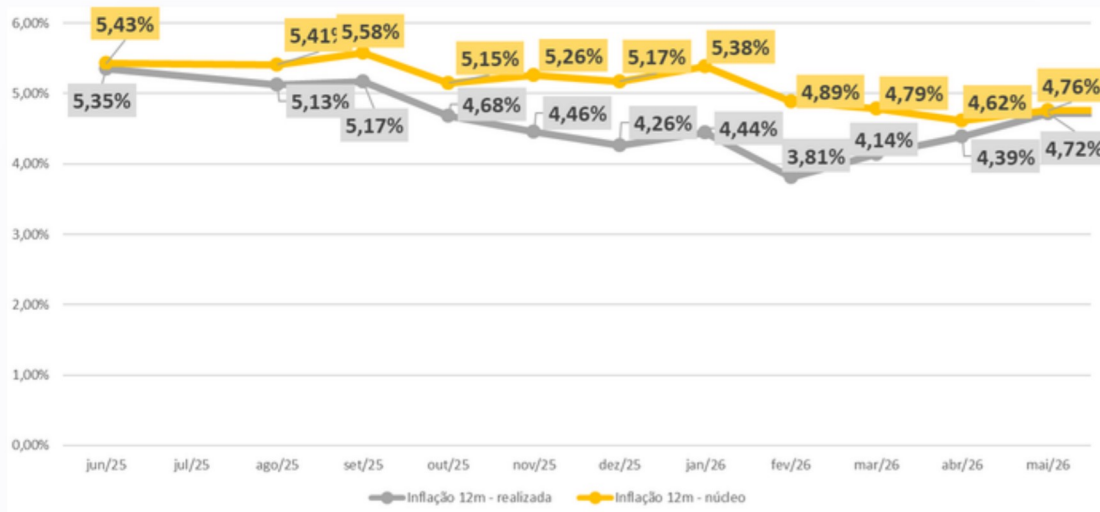
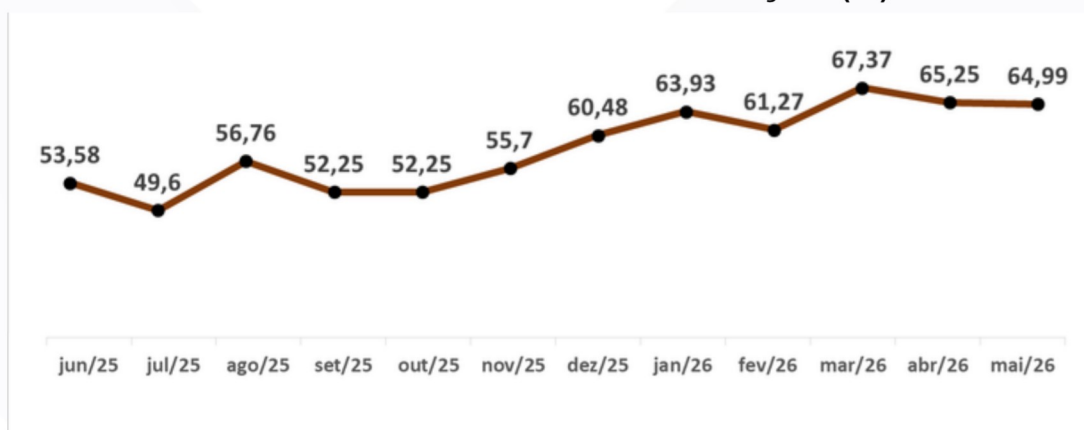


GRÁFICO 4 - DIFUSÃO DA INFLAÇÃO (%)



O Gráfico 3 demonstra que o IPCA acumulado em 12 meses e o núcleo da inflação permaneceram em níveis elevados ao longo do período. Enquanto o IPCA desacelerou de 5,35% em junho de 2025 para 4,72% em maio de 2026, o núcleo da inflação manteve-se acima da inflação cheia na maior parte dos meses, encerrando em 4,76%.

Esse comportamento sugere que, apesar da moderação da inflação geral, as pressões inflacionárias mais persistentes continuaram presentes na economia, indicando um processo gradual de desinflação.

O Gráfico 4 evidencia que a difusão da inflação aumentou de 53,58% em junho de 2025 para 64,99% em maio de 2026. Após atingir o menor patamar da série em julho de 2025 (49,60%), o indicador apresentou trajetória predominantemente ascendente, alcançando 67,37% em março de 2026.

Esse movimento demonstra que os reajustes de preços se tornaram mais disseminados entre os componentes da cesta de consumo. Dessa forma, embora alguns indicadores apontem para uma desaceleração da inflação, o elevado nível de difusão sugere a manutenção de pressões inflacionárias de forma relativamente abrangente ao longo do período analisado.

Conselho Deliberativo da Goiás Previdência - GOIASPREV: participação, transparência e segurança para os segurados



Você sabe quem acompanha as decisões mais importantes relacionadas à previdência dos servidores públicos estaduais e à proteção social dos militares do Estado de Goiás?

Essa é uma das principais funções do Conselho Deliberativo da Goiás Previdência, órgão que participa das decisões estratégicas da autarquia e contribui para que a gestão previdenciária seja conduzida com transparência, responsabilidade e foco na sustentabilidade dos recursos sob sua administração. O Conselho acompanha e delibera sobre matérias relacionadas aos recursos próprios da GOIASPREV, ao Fundo Previdenciário e ao Fundo Financeiro dos servidores públicos civis efetivos do Estado de Goiás, bem como ao Fundo Financeiro do Sistema de Proteção Social dos Militares, contribuindo para o fortalecimento da governança e da segurança na gestão dos recursos destinados ao pagamento de benefícios previdenciários e de proteção social.

Criado pela Lei Complementar Estadual nº 66/2009, o Conselho Deliberativo é o órgão máximo de deliberação da GOIASPREV. Sua missão é acompanhar e orientar as ações da instituição, garantindo que as políticas previdenciárias sejam desenvolvidas de forma segura e alinhadas aos interesses dos segurados, aposentados e pensionistas.

Um dos grandes diferenciais do Conselho é sua composição plural. O colegiado conta com representantes dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público, dos Tribunais de Contas, dos servidores ativos, aposentados, pensionistas e militares estaduais.

Essa diversidade garante que diferentes segmentos participem das discussões e contribuam para a construção das decisões que impactam o futuro da previdência estadual.

Entre suas atribuições estão a análise das políticas de gestão, a apreciação da política de investimentos, o acompanhamento dos investimentos da instituição, a avaliação dos resultados financeiros e atuariais, a apreciação da prestação de contas e dos relatórios de avaliação atuarial e de governança corporativa.

O Conselho também exerce importante papel na promoção da transparência. Suas decisões são formalizadas por meio de resoluções e publicadas para conhecimento da sociedade, fortalecendo a confiança dos segurados na administração previdenciária. Destaca-se ainda a disponibilização das atas das reuniões do Conselho no Portal da Transparência da Goiás Previdência.

Outro aspecto relevante é a exigência de qualificação técnica dos conselheiros. A legislação determina que seus integrantes possuam formação superior e comprovado conhecimento da legislação previdenciária ou experiência em áreas relacionadas à administração, economia, finanças, direito, contabilidade, atuária ou auditoria, garantindo maior qualidade nas deliberações e maior segurança institucional.

A atuação do Conselho Deliberativo está alinhada às diretrizes do Pró-Gestão RPPS, programa nacional que incentiva a adoção

das melhores práticas de governança, controle e transparência pelos regimes próprios de previdência social. Nesse sentido, para que a autarquia previdenciária obtenha a certificação no Pró-Gestão RPPS, há a necessidade de que a maioria dos membros titulares do Conselho Deliberativo tenham certificação, obtida por meio de processo realizado por entidade certificadora credenciada, o que contribui para uma alta qualidade das discussões e deliberações no âmbito do conselho.

Dessa forma, o Conselho Deliberativo contribui para que a GOIASPREV mantenha elevados padrões de gestão, fortalecendo a sustentabilidade do sistema previdenciário e assegurando maior proteção aos direitos dos segurados e beneficiários.

Mais do que um órgão previsto em lei, o Conselho Deliberativo representa um importante espaço de participação, diálogo e construção de decisões voltadas para o presente e para o futuro da previdência pública estadual.

Fábio Estevão Marchetti

Graduado em Agronomia (UFMS) e Direito (UNIGRAN), com pós-graduação em Direito Processual e Constitucional. Atualmente, é Procurador da Assembleia Legislativa de Goiás e Presidente do Conselho Deliberativo da GOIASPREV.



Enquadramento

TABELA 3 - LIMITE DE ALOCAÇÃO SEGUNDO A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

	Limite Inferior	Limite Superior	Limite Res. 5.272/25	Alvo
Subcarteira Imunização	0%	70%		60,00%
Art. 7, II e III	0%	70%	100%	
Subcarteira de Liquidez e Estabilidade	0%	40%		38,22%
Art. 7, II e III	0%	100%	100%	
Art. 7, I	0%	100%	100%	
Art. 7, V	0%	60%	80%	
Subcarteira de Riscos	0%	10%		1,78%
Art 8º	0%	70%	50%	
Art 9º	0%	30%	10%	
Art 10º, I	0%	30%	15%	

A Tabela 3 acima apresenta a estrutura de limites adotada na política, organizando a carteira em três grandes subcarteiras: Imunização; Liquidez e Estabilidade; e Riscos. Para cada bloco, são definidos limites inferiores e superiores, bem como os percentuais-alvo de alocação estabelecidos na Política de Investimentos de 2026, sempre respeitando os parâmetros máximos estabelecidos pela Resolução.

Observa-se que a Subcarteira de Imunização possui limite superior de 70% e alvo de 60%, evidenciando prioridade na proteção atuarial por meio de ativos aderentes ao passivo.

A Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, com limite de até 40% e alvo próximo desse patamar, reforça o compromisso com disponibilidade de recursos para a gestão de fluxo e solvência das obrigações atuariais.

Já a Subcarteira de Riscos, limitada a 10% da carteira, é composta pelos recursos provenientes da rentabilidade que excedeu a meta atuarial em meses anteriores. A tabela torna-se a referência para o acompanhamento dos enquadramentos definidos na Política de Investimentos de 2026.

**TABELA 4 - DISTRIBUIÇÃO POR ENQUADRAMENTO LEGAL
(RES. CMN Nº 5.272/2025)**

DISPOSIÇÃO LEGAL	DESCRIÇÃO	LIMITE LEGAL	POSIÇÃO EM 31/05/2026
Art. 7º inciso I	Cotas de classes de fundos "Renda Fixa" (ETF), negociáveis em bolsa de valores aplicados exclusivamente em títulos de emissão do Tesouro Nacional, ou operações compromissadas lastreadas nesses títulos.	100,00%	35,37%
Art. 7º inciso II	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC, adquiridos em oferta primária ou em plataformas de negociação eletrônica.	100,00%	50,56%
Art. 7º inciso III	Títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no SELIC, adquiridos por intermediação de instituição financeira	100,00%	
Art. 7º inciso IV	Operações compromissadas, lastreadas exclusivamente pelos títulos de emissão do Tesouro Nacional, registrados no SELIC	5,00%	
Art. 7º inciso V	Cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa", constituídas em regime aberto, e cotas de classes de ETF de renda fixa, negociáveis em bolsa de valores, ambos sem o sufixo "Crédito Privado"	80,00%	13,37%
Art. 7º inciso VI	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias	20,00%	
Art. 7º inciso VII	Cotas de classes de fundos de investimento tipificadas como "Renda Fixa" e denominadas com o sufixo "Crédito Privado"	20,00%	
Art. 7º inciso VIII	Cotas de classes de fundos de investimento	20,00%	
Art. 7º inciso IX	Cotas de subclasses sênior de fundos de investimento em direitos creditórios – FIDC	20,00%	
Art. 8º	Renda variável	50,00%	0,69%
Art. 9º	Investimento no exterior	10,00%	
Art. 10º	Investimento estruturado	20,00%	
Art. 11º	Fundos imobiliários	20,00%	

A Tabela 4 apresenta o enquadramento dos investimentos nos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025. Observa-se a predominância de aplicações em renda fixa, em consonância com as diretrizes que orientam a gestão dos recursos previdenciários.

Destaca-se que o nível de certificação Pró-Gestão influencia o acesso às modalidades de investimento previstas na regulamentação. Por possuir o nível máximo de certificação, o GOIASPREV pode acessar todas as classes de ativos autorizadas pela norma, desde que previstas na Política de Investimentos. Os dados evidenciam o pleno atendimento aos limites e critérios legais vigentes.

Desempenho

A composição atual da carteira reflete, em grande medida, o posicionamento definido pela Política de Investimentos de 2025, que prioriza a liquidez e a alocação em renda fixa atrelada a títulos públicos por meio de fundos de investimento.

A transição para a nova estrutura de alocação foi iniciada em março de 2026, após a conclusão do processo de custódia, etapa necessária para viabilizar a implementação da estratégia prevista na política vigente.

Com a finalização desse processo, parte significativa dos recursos atualmente aplicados em fundos de investimento em renda fixa será gradualmente direcionada para a aquisição direta de títulos públicos federais, marcados a mercado pela curva, no âmbito da Subcarteira de Imunização, a partir de maio de 2026. Essa mudança permitirá maior aderência entre os fluxos dos ativos e as obrigações atuariais do regime.

TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO

	CNPJ / CÓDIGO ISIN	%	SALDO ABRIL	%	SALDO MAIO
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE		59,42%	R\$465.806.119,41	48,74%	R\$445.463.260,81
CAIXA BRASIL TP FI RF LP	05.164.356/0001-84	1,82%	R\$14.272.750,83	1,58%	R\$14.424.806,93
CAIXA ALIANCA TP FI RF	05.164.358/0001-73	7,53%	R\$59.042.152,11	6,53%	R\$59.665.231,85
CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP FI RF	10.740.670/0001-06	7,13%	R\$55.885.240,30	6,18%	R\$56.475.331,80
BB RF REF DI TIT PUB FI LP	11.046.645/0001-81	1,66%	R\$13.005.923,22	1,44%	R\$13.145.908,38
CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI RF LP	11.060.913/0001-10	2,61%	R\$20.493.538,17	4,60%	R\$42.015.677,51
CAIXA TOPAZIO FIF RF REF DI LP	11.061.230/0001-87	4,19%	R\$32.855.353,10	3,63%	R\$33.209.673,91
BB PREV RF IRF-M1 TP	11.328.882/0001-35	4,35%	R\$34.136.997,13	3,77%	R\$34.493.339,92
CAIXA BRASIL GESTAO ESTRAT.	23.215.097/0001-55	1,59%	R\$12.452.769,71	1,37%	R\$12.557.573,00
BB PREVIDENCIÁRIO RF IRF-M 1+	32.161.826/0001-29	3,29%	R\$25.752.722,33	2,83%	R\$25.873.824,95
BTG-TESOURO SELIC SIMPLES INST	37.927.707/0001-58	7,74%	R\$60.708.915,65	1,67%	R\$15.235.678,31
BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	46.134.096/0001-81	1,58%	R\$12.409.866,64	1,34%	R\$12.219.576,42
BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	46.134.117/0001-69	0,49%	R\$3.860.827,20	0,43%	R\$3.885.594,21
CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	03.737.206/0001-97	1,24%	R\$9.726.492,10	1,08%	R\$9.834.332,32

	CNPJ / CÓDIGO ISIN	%	SALDO ABRIL	%	SALDO MAIO
BB PREV FLUXO RF SIMPLES FIC	13.077.415/0001-05	0,05%	R\$361.267,51	0,04%	R\$364.875,72
BB PREV RF PERFIL FIC FI	13.077.418/0001-49	13,38%	R\$104.873.729,52	11,60%	R\$106.027.898,82
CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	23.215.008/0001-70	0,76%	R\$5.923.167,98	0,66%	R\$5.989.032,94
LTN - 01/04/2027	BRSTNCLTN8I0	0,01%	R\$44.405,90	0,00%	R\$44.903,81

	CNPJ / CÓDIGO ISIN	%	SALDO ABRIL	%	SALDO MAIO
SUBCARTEIRA DE RISCOS		0,89%	R\$6.960.330,28	0,69%	R\$6.349.402,04
BB ACOES GOVERNANCA	10.418.335/0001-88	0,46%	R\$3.606.666,30	0,36%	R\$3.324.707,67
CAIXA BRASIL ACOES LIVRE	30.068.169/0001-44	0,30%	R\$2.313.499,18	0,23%	R\$2.145.087,65
CAIXA FIA ELETROBRAS	45.443.475/0001-90	0,13%	R\$1.040.164,80	0,10%	R\$879.606,72
SUBCARTEIRA DE IMUNIZAÇÃO		39,69%	R\$311.139.798,70	50,56%	R\$462.087.545,60
NTNB-15052029	BRSTNCNTB71646135	20,46%	R\$160.358.067,30	17,22%	R\$157.411.012,95
NTNB-15052029	BRSTNCNTB71646148	-	-	17,16%	R\$156.784.946,45
NTNB-15050031	BRSTNCNTB7X346127	19,23%	R\$150.781.731,40	16,18%	R\$147.891.586,21
CONTAS CORRENTES			R\$100.000.000,00		R\$352.668,23
BANCO DO BRASIL	-		R\$100.000.000,00	-	R\$352.668,23
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	-		-	-	-
BTG PACTUAL			-		-
TOTAL DA CARTEIRA		100%	R\$883.906.248,38	100%	R\$914.252.876,68

Entre os fundos da Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, destacam-se aqueles com maior participação relativa, responsáveis por concentrar parcela significativa dos recursos e contribuir para a manutenção da segurança e liquidez da carteira, caracterizados pela possibilidade de resgate rápido. As variações observadas entre abril e maio refletem ajustes pontuais nas posições, com pequenos aumentos ou reduções decorrentes tanto de movimentações de alocação quanto da própria atualização dos valores de mercado.

Já a Subcarteira de Riscos possui participação bastante reduzida no total da carteira, inferior a 1%, sendo composta por fundos de ações. Essa estrutura demonstra uma exposição limitada a ativos de maior volatilidade, mantendo o foco principal na preservação do capital.

Por fim, observa-se que o total da carteira apresenta variação entre os dois meses analisados, refletindo as oscilações naturais dos investimentos e eventuais movimentações financeiras realizadas no período.

De forma geral, a estrutura da carteira permanece alinhada à Política de Investimentos vigente no que se refere à sua técnica e segurança, priorizando estabilidade, liquidez e controle de riscos.

A composição apresentada na tabela 4 demonstra uma alocação amplamente concentrada em ativos de renda fixa, especialmente em fundos referenciados em títulos públicos federais, o que está em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 5.272/2025, que disciplina a aplicação dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

A referida normativa incentiva uma gestão pautada na segurança, liquidez e solvência, priorizando ativos de menor risco e maior previsibilidade de retorno.

Por outro lado, a presença de uma pequena parcela alocada na Subcarteira de Riscos, composta por fundos de ações, também se mostra compatível com a regulamentação, que permite exposição controlada a ativos de maior volatilidade, desde que respeitados os limites normativos e os princípios de diversificação.

O Gráfico 5 apresenta a concentração dos investimentos do Fundo Previdenciário, evidenciando a participação relativa de cada ativo na composição da carteira. Observa-se que a maior parcela dos recursos encontra-se alocada em Títulos Públicos Federais, especialmente em Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B), seguidos pelos fundos de investimento em renda fixa. Essa composição reflete uma estratégia alinhada às características dos passivos previdenciários, uma vez que os títulos indexados à inflação contribuem para a proteção do poder de compra dos recursos no longo prazo. Adicionalmente, a participação dos fundos de renda fixa proporciona liquidez e diversificação à carteira, favorecendo o equilíbrio entre segurança, rentabilidade e aderência à meta atuarial do regime.

GRÁFICO 5 - DISTRIBUIÇÃO DOS FUNDOS NO FUNDO PREVIDENCIÁRIO

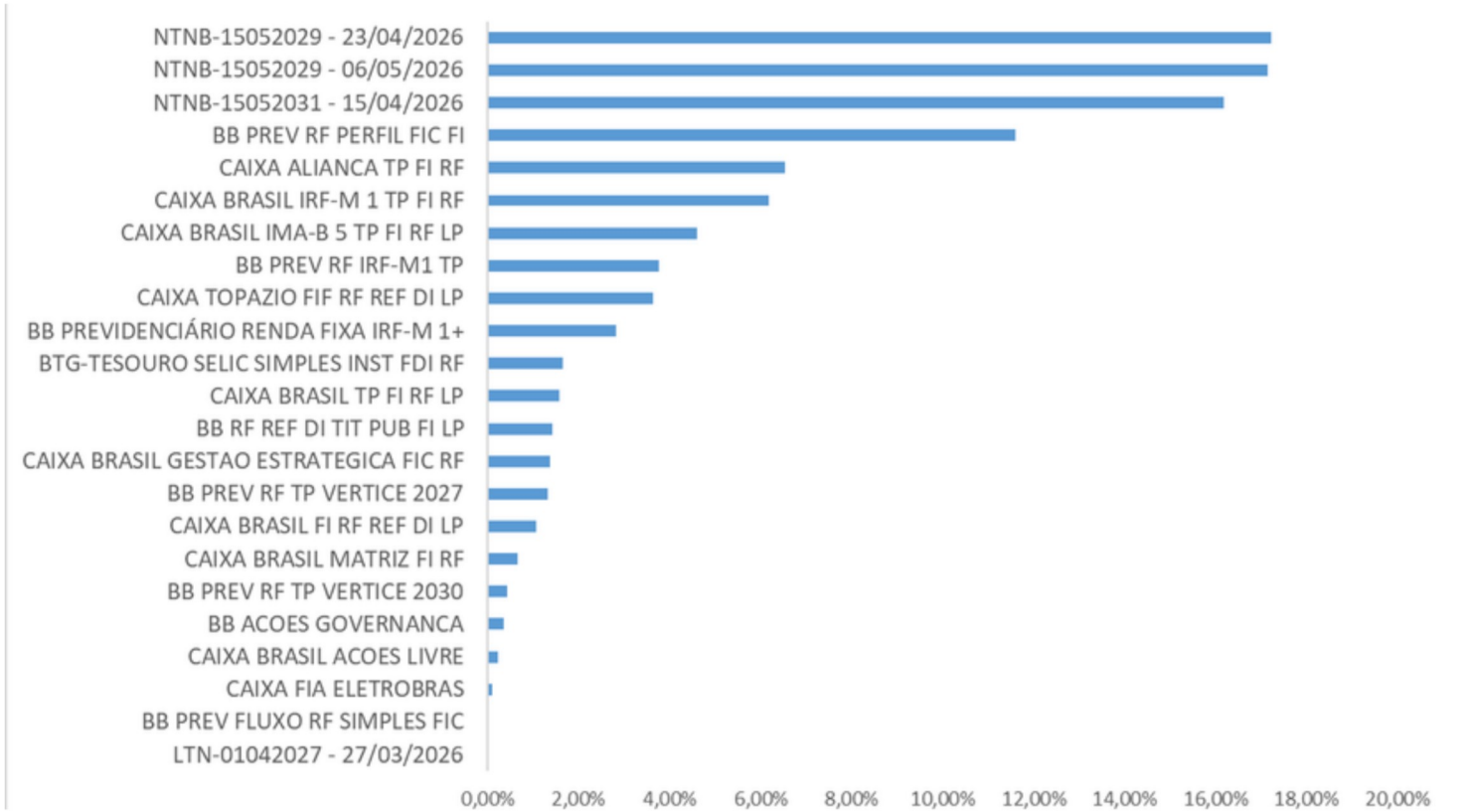


GRÁFICO 6 - EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DESDE DEZEMBRO/2025

O gráfico 6 aponta o fechamento mês a mês desde dezembro de 2025. Em maio de 2026, houve um acréscimo de R\$ 21 milhões decorrente das arrecadações, e um rendimento de R\$ 9 milhões com base nos valores investidos pela Gerência de Investimentos da Goiás Previdência. Com isso, o valor do Patrimônio Líquido do Fundo Previdenciário em 29 de maio de 2026 é de R\$ 916 milhões.

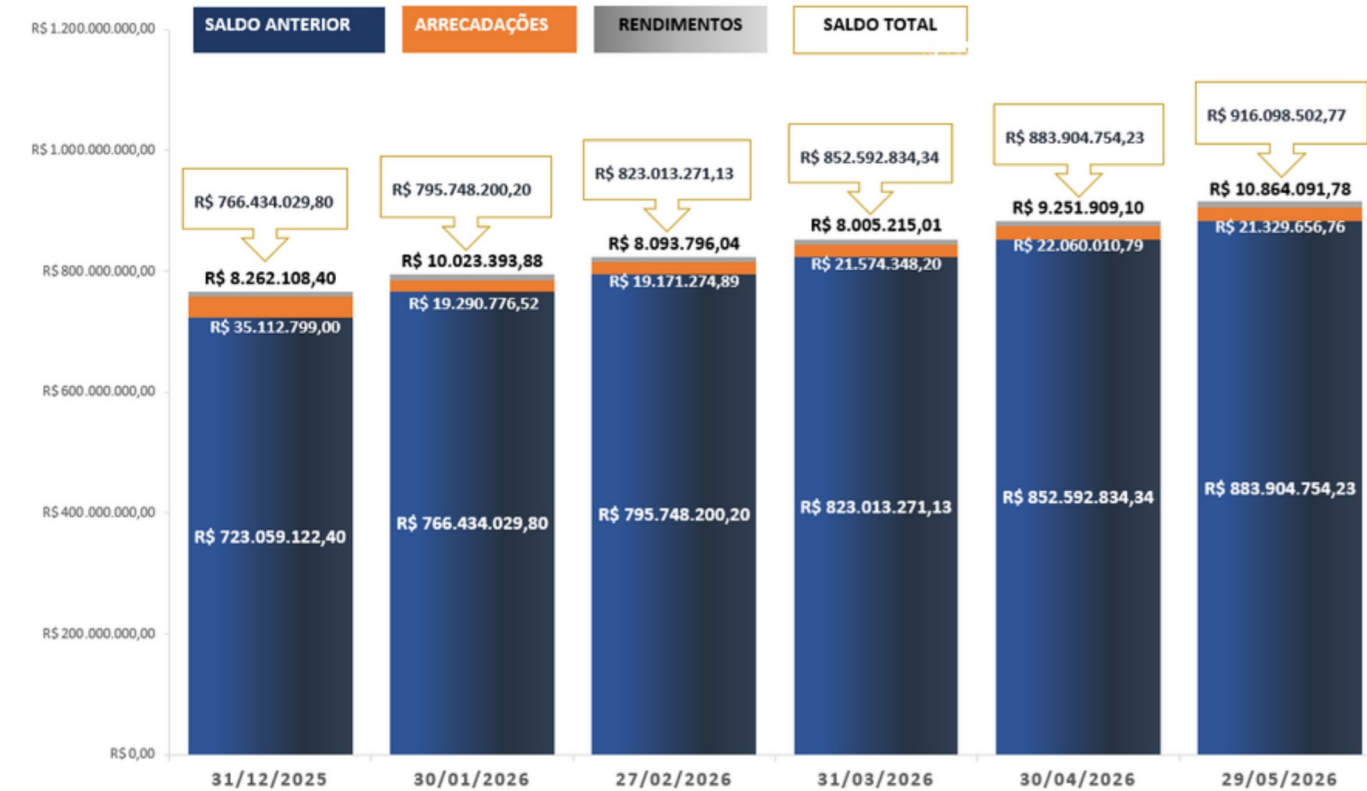


TABELA 6 - PERFIL, APLICAÇÕES, RESGATES E RENDIMENTOS

		MOVIMENTAÇÕES	TIPO DE RESGATE	RENDIMENTO	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
SUBCARTEIRA DE IMUNIZAÇÃO					R\$311.139.798,70	R\$462.087.545,60
↳	NTNB-15052029 - 23/04/2026	-	No vencimento	R\$1.879.063,23	R\$160.358.067,30	R\$157.411.012,95
↳	NTNB-15052029 - 06/05/2026	R\$160.042.551,60	No vencimento	R\$1.568.512,42	-	R\$156.784.946,45
↳	NTNB-15052031 - 15/04/2026	-	No vencimento	R\$1.741.258,69	R\$150.781.731,40	R\$147.891.586,21

TABELA 7 - PERFIL, APLICAÇÕES, RESGATES E RENDIMENTOS (CONTINUAÇÃO)

		MOVIMENTAÇÕES	TIPO DE RESGATE	RENDIMENTO	SALDO ANTERIOR	SALDO ATUAL
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE				R\$4.439.065,44	R\$465.806.119,41	R\$445.463.260,81
↳	CAIXA BRASIL TP FI RF LP	-	D+0	R\$152.056,10	R\$14.272.750,83	R\$14.424.806,93
↳	CAIXA ALIANCA TP FI RF	-	D+0	R\$623.079,74	R\$59.042.152,11	R\$59.665.231,85
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP	-	D+0	R\$590.091,50	R\$55.885.240,30	R\$56.475.331,80
↳	BB RF REF DI TIT PUB FI	-	D+0	R\$139.985,15	R\$13.005.923,22	R\$13.145.908,38
↳	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP	21.329.656,76	D+0	R\$192.482,57	R\$20.493.538,17	R\$42.015.677,51
↳	CAIXA TOPAZIO FIF RFI LP	-	D+1	R\$354.320,81	R\$32.855.353,10	R\$33.209.673,91
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	-	D+0	R\$356.342,79	R\$34.136.997,13	R\$34.493.339,92
↳	CAIXA BRASIL GESTAO	-	D+0	R\$104.803,29	R\$12.452.769,71	R\$12.557.573,00
↳	BB PREVIDENCIARIO	-	D+0	R\$121.102,62	R\$25.752.722,33	R\$25.873.824,95
↳	BTG-TESOURO SELIC RF	-45.758.912,57	D+0	R\$285.675,23	R\$60.708.915,65	R\$15.235.678,31
↳	BB PREVTP VERTICE 2027	-352.668,23	D+0	R\$162.378,01	R\$12.409.866,64	R\$12.219.576,42
↳	BB PREVTP VERTICE 2030	-	D+0	R\$24.767,01	R\$3.860.827,20	R\$3.885.594,21
↳	LTN-01042027 - 27/03/2026	-	D+1	R\$497,92	R\$44.405,90	R\$44.903,81
↳	CAIXA BRASIL FI REF LP	-	D+0	R\$107.840,22	R\$9.726.492,10	R\$9.834.332,32
↳	BB PREV FLUXO RF SIMP	-	D+0	R\$3.608,21	R\$361.267,51	R\$364.875,72
↳	BB PREV RF PERFIL FICFI	-	D+0	R\$1.154.169,30	R\$104.873.729,52	R\$106.027.898,82
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ FI	-	D+0	65.864,96	5.923.167,98	R\$5.989.032,94
SUBCARTEIRA DE RISCO				R\$610.928,24	R\$6.960.330,28	R\$6.349.402,04
↳	BB ACOES GOVERNANCA		D+3	R\$281.958,64	R\$3.606.666,30	R\$3.324.707,67
↳	CAIXA ACOES LIVRE		D+15	R\$168.411,53	R\$2.313.499,18	R\$2.145.087,65
↳	CAIXA ELETROBRAS		D+3	R\$160.558,08	R\$1.040.164,80	R\$879.606,72

*É considerado movimentação financeira o resultado de todas as aplicações e resgates em cada fundo supra mencionado.

*Aos fundos vértices não são admitidos resgates antes do vencimento, essa movimentação refere-se ao pagamento de cupom de juros, evento esse que ocorre para títulos a vencer em anos pares todo dia 15/02 e 15/08 de cada ano.

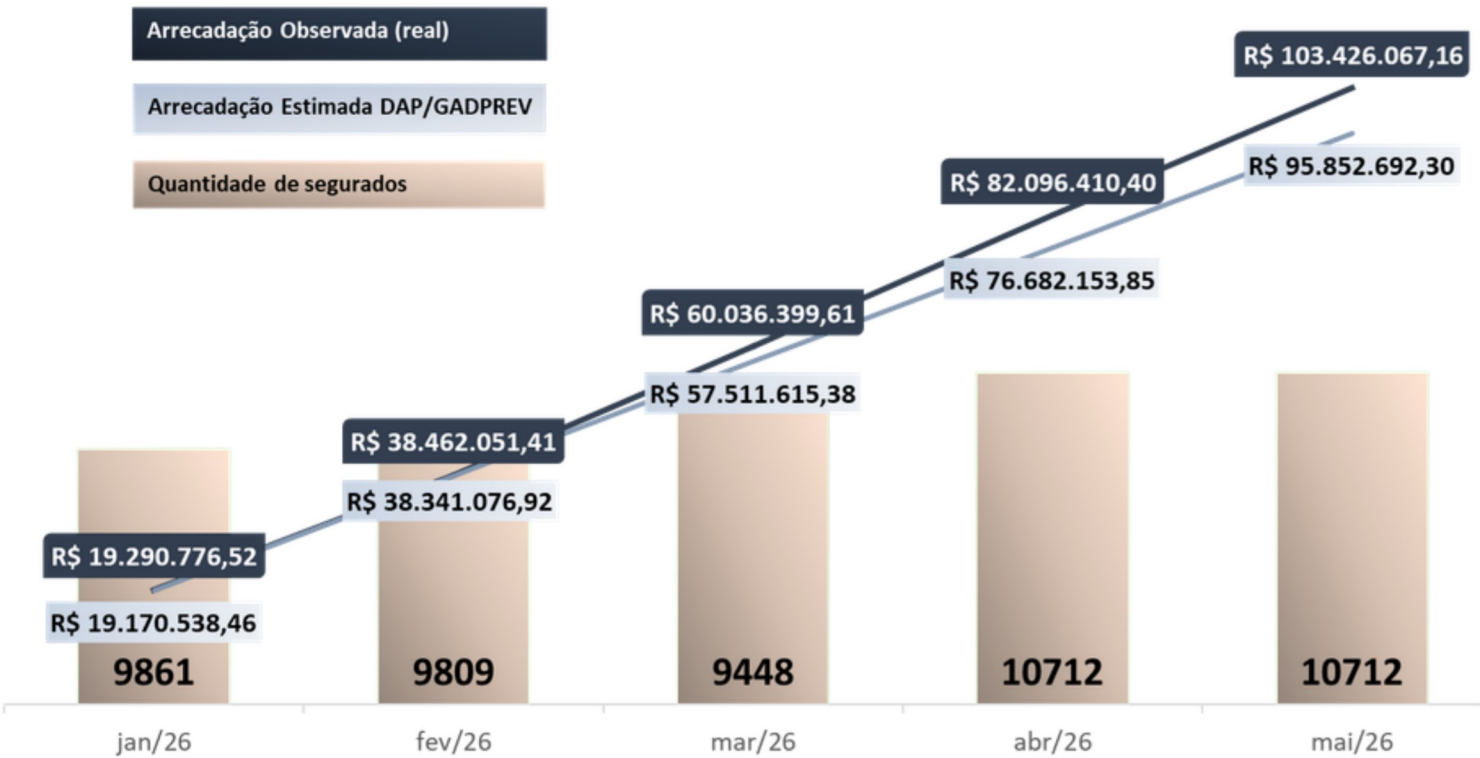
A Tabela 7 demonstra a predominância de investimentos em renda fixa e títulos públicos, com maior concentração de recursos nas subcarteiras de liquidez, estabilidade e imunização. Já a subcarteira de risco possui menor participação e maior volatilidade nos saldos.

TABELA 8 - CUSTOS DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS FUNDOS

		% do PL de RPPS	TAXA ADM ANUAL	TAXA ADM MENSAL	TAXA ADM RETIDA
					R\$73.905,28
↳	CAIXA BRASIL TP	52,10%	0,20%	0,02%	R\$2.287,55
↳	CAIXA ALIANCA TP	28,60%	0,20%	0,02%	R\$9.461,96
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1 TP	96,20%	0,20%	0,02%	R\$8.956,10
↳	BB RF REF DI TP	20,10%	0,10%	0,01%	R\$1.042,85
↳	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI LP	98,80%	0,20%	0,02%	R\$6.663,02
↳	CAIXA TOPAZIO REF DI	11,90%	0,10%	0,01%	R\$2.634,48
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	54,30%	0,10%	0,01%	R\$2.736,31
↳	CAIXA GESTAO ESTRAT.	96,70%	0,40%	0,03%	R\$3.979,21
↳	BB PREV RF IRF-M 1+	39,10%	0,30%	0,02%	R\$6.151,94
↳	BTG-TESOURO SELIC T FDI RF	5,50%	0,08%	0,01%	R\$966,99
↳	BB TP VÉRTICE 2027	59,10%	0,20%	0,02%	R\$1.937,83
↳	BB VÉRTICE 2030	67,00%	0,20%	0,02%	R\$616,19
↳	LTN-01042027	-	-	-	-
↳	CAIXA BRASIL REF DI	66,70%	0,20%	0,02%	R\$1.559,57
↳	BB PREV FLUXO SIMPLES	47,80%	1,00%	0,08%	R\$288,26
↳	BB PREV PERFIL	51,50%	0,20%	0,02%	R\$16.814,35
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ	57,80%	0,20%	0,02%	R\$949,77
↳	CAIXA ATENA AÇÕES LIVRE	99,80%	2,00%	0,1573%	R\$3.638,84
↳	BB AÇÕES GOVERNANÇA	49,40%	1,00%	0,0790%	R\$2.849,34
↳	CAIXA FIA ELETROBRAS	18,50%	0,45%	0,0356%	R\$370,72

A Tabela 8 apresenta os percentuais do patrimônio líquido aplicados nos fundos, bem como as taxas de administração anuais, mensais e os valores retidos no período. Observa-se que os fundos de renda fixa concentram a maior participação dos recursos e possuem taxas de administração reduzidas, enquanto os fundos de renda variável apresentam taxas mais elevadas. No período analisado, foi retido o total de R\$ 73.905,28 em taxas de administração pelas instituições financeiras.

GRÁFICO 7 - ARRECADAÇÃO OBSERVADA E ESTIMADA ACUMULADA DESDE JANEIRO DE 2026



O Gráfico 7 apresenta a evolução acumulada da arrecadação previdenciária observada e estimada pela DAP/GADPREV entre janeiro e maio de 2026, bem como a quantidade de segurados vinculados ao Fundo Previdenciário. Verifica-se que a arrecadação lrealizada manteve trajetória próxima à estimada ao longo do período, demonstrando consistência entre as projeções e os valores efetivamente arrecadados.

A arrecadação acumulada passou de R\$ 19,29 milhões em janeiro para R\$ 103,43 milhões em maio, enquanto a arrecadação estimada evoluiu de R\$ 19,17 milhões para R\$ 95,85 milhões. A partir de março, observa-se ampliação gradual da diferença entre os valores observados e projetados, resultando em arrecadação acumulada superior à estimada ao final do período. Quanto à quantidade de segurados, houve redução entre janeiro e março, seguida de recuperação em abril, permanecendo estável em maio. De forma geral, os dados evidenciam desempenho favorável da arrecadação previdenciária e recuperação da base de segurados nos meses finais analisados.

Rentabilidades

TABELA 9 - RENTABILIDADE MENSAL E ACUMULADA POR SUBCARTEIRA

ATIVO		RENTABILIDA DE MENSAL	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK MENSAL	RENTABILIDADE ACUMULADA - ANO	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK - ANO
SUBCARTEIRA DE IMUNIZAÇÃO		1,1795%	114,9552%	6,1254%	80,9800%
↳	NTN-B 15.05.2029- 06/05/2026	1,1886%	115,8389%	6,1765%	81,6500%
↳	NTN-B 15.05.2029 - 23/04/2026	1,1781%	114,8190%	6,1121%	80,8000%
↳	NTN-B 15.05.2031 - 15/04/2026	1,1714%	114,1605%	6,0853%	80,4500%
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE		1,0229%	100,3138%	5,5146%	102,5487%
↳	BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	1,3266%	130,0914%	6,7603%	125,7136%
↳	LTN 01.04.2027 (BRSTNCLTN8I0)	1,1213%	109,9564%	4,8678%	90,5209%
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	1,1120%	109,0438%	5,6748%	105,5278%
↳	CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	1,1097%	108,8220%	5,6841%	105,7007%
↳	BB PREV PERFIL FIC FI	1,1005%	107,9203%	5,7044%	106,0782%
↳	CAIXA TOPÁZIO CORP	1,0784%	105,7526%	5,6919%	105,8458%
↳	BB REF DI TIT PUB FI LP	1,0763%	105,5459%	5,6623%	105,2954%
↳	CAIXA BRASIL TP FI RF LP	1,0654%	104,4712%	5,6315%	104,7226%
↳	BTG PACTUAL TESOURO RF	1,0642%	104,3556%	5,6504%	105,0741%
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1 FI RF	1,0557%	103,5211%	5,3582%	99,6404%
↳	CAIXA ALIANÇA TP	1,0553%	103,4861%	5,5663%	103,5102%
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	1,0439%	102,3630%	5,3097%	98,7385%
↳	BB PREV FLUXO FIC FIF RL	0,9988%	97,9408%	5,2714%	98,0262%
↳	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP LP	0,9405%	92,2225%	6,1471%	114,3106%
↳	CAIXA BRASIL GESTÃO RF	0,8416%	82,5295%	4,4912%	83,5177%
↳	BB PREV RF TP VÉRT 2030	0,6415%	62,9062%	5,0755%	94,3833%
↳	BB PREV RF IRF-M1+	0,4703%	46,1138%	3,6879%	68,5797%

ATIVO		RENTABILIDADE MENSAL	COMPARAÇÃO COM BENCHMARK MENSAL	RENTABILIDADE ACUMULADA - ANO	COMPARAÇÃO COM O BENCHMARK - ANO
SUBCARTEIRA DE RISCO		-8,7773%	79,0903%	2,8334%	35,6360%
↳	BB ACOES GOVERNANCA	-7,8177%	92,3088%	6,9955%	87,9832%
↳	CAIXA BRASIL ACOES LIVRE	-7,2795%	99,7225%	-3,1860%	-40,0707%
↳	CAIXA FIA ELETROBRAS	-15,4358%	-12,6331%	3,3077%	41,6013%
CARTEIRA CONSOLIDADA		1,0266%	101,6196%	5,8033%	105,5548%
↳	BANCO DO BRASIL	0,8498%	-	5,3287%	-
↳	CAIXA ECONÔMICA	0,8697%	-	5,2378%	-
↳	BTG - PACTUAL	1,1742%	-	2,6805%	-

A Tabela 9 – Rentabilidade Mensal e Acumulada por Subcarteira apresenta uma análise detalhada do desempenho dos investimentos, segmentando-os entre as subcarteiras de Imunização, Liquidez e Estabilidade e Risco, além de consolidar os resultados da carteira total. Essa estrutura permite avaliar não apenas os retornos obtidos em cada estratégia de investimento, mas também sua aderência aos respectivos benchmarks e a contribuição de cada subcarteira para o desempenho global da carteira.

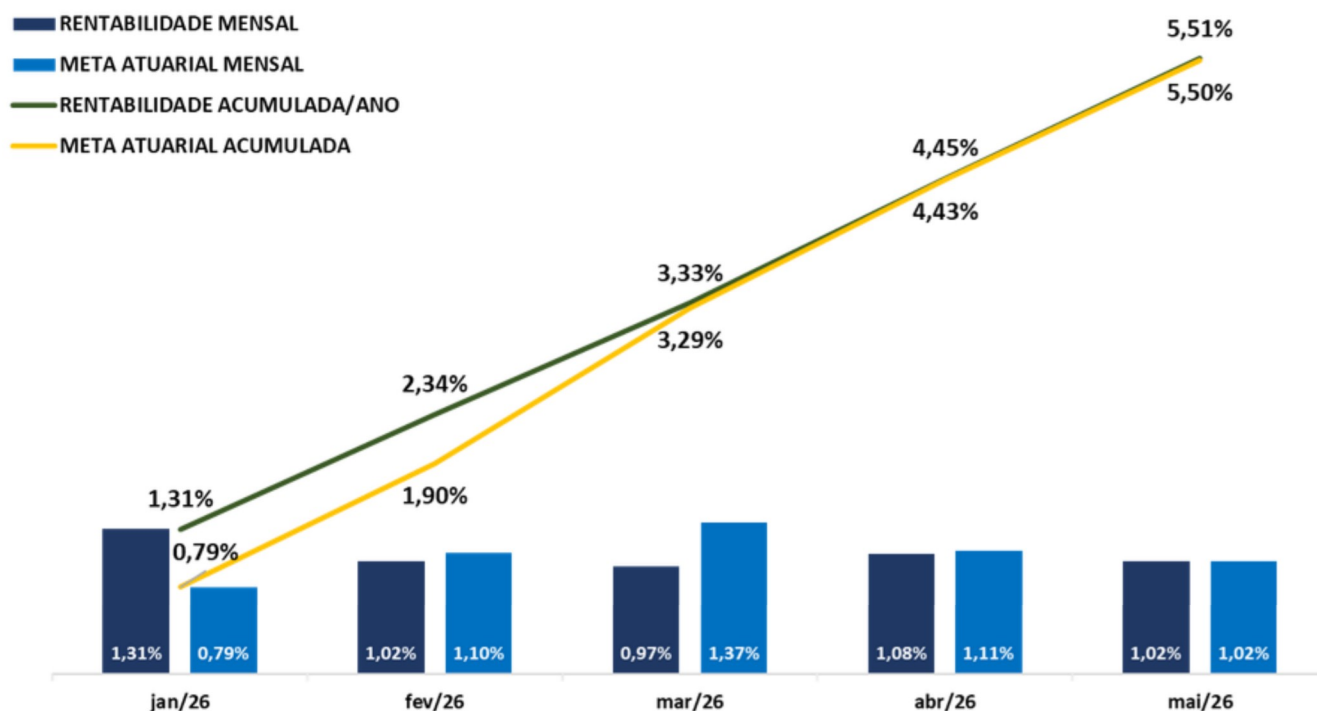
A Subcarteira de Imunização apresentou rentabilidade mensal de 1,1795% e acumulada no ano de 6,1254%, correspondendo a 114,9552% e 80,9800% dos respectivos benchmarks. O desempenho reflete o comportamento dos títulos públicos federais indexados à inflação mantidos na carteira, cujos retornos permaneceram favorecidos pelo carregamento dos papéis e pela dinâmica das taxas de juros observada no período. Os ativos que compõem a subcarteira apresentaram resultados bastante homogêneos, contribuindo para a estabilidade e previsibilidade da estratégia de imunização.

A Subcarteira de Liquidez e Estabilidade registrou rentabilidade de 1,0102% no mês e 5,5146% no acumulado do ano, equivalentes a 99,06% e 102,5487% dos respectivos benchmarks. Os fundos com estratégias atreladas ao CDI e à renda fixa tradicional mantiveram desempenho consistente e alinhado aos seus índices de referência, enquanto os fundos com maior exposição à variação das taxas de juros contribuíram positivamente para o resultado da subcarteira, refletindo a diversificação das estratégias adotadas.

Por sua vez, a Subcarteira de Risco apresentou rentabilidade mensal de -8,7773%, em um contexto de desempenho adverso dos mercados de renda variável, especialmente dos fundos com maior concentração setorial. Apesar do resultado negativo no mês, a subcarteira acumula rentabilidade de 2,8334% no ano, correspondendo a 35,6360% do benchmark no mesmo período. Os fundos Caixa Brasil Ações Livre e Caixa FIA Eletrobras foram os principais responsáveis pela retração observada, refletindo a maior volatilidade inerente aos ativos de renda variável.

Considerando o conjunto dos investimentos, a Carteira Consolidada obteve rentabilidade de 1,0266% no mês e 5,8033% no acumulado do ano, alcançando 101,6196% do benchmark mensal e 105,5548% do benchmark acumulado. Os resultados demonstram que a diversificação entre as estratégias de imunização, liquidez e estabilidade e ativos de maior risco contribuiu para a manutenção do desempenho da carteira em patamar superior ao índice de referência, reforçando a consistência da alocação adotada e sua aderência aos objetivos estabelecidos na Política de Investimentos.

GRÁFICO 8 - RENTABILIDADE DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO COM A META ATUARIAL



A análise do desempenho do Fundo Previdenciário nos primeiros cinco meses de 2026 evidencia um cenário positivo quanto ao cumprimento da meta atuarial estabelecida para o período. Em janeiro de 2026, o fundo registrou rentabilidade mensal de 1,31%, resultado significativamente superior à meta atuarial de 0,79%, gerando um excedente de 0,52 ponto percentual. Em fevereiro, a rentabilidade foi de 1,02%, ligeiramente inferior à meta de 1,10%, enquanto em março a rentabilidade de 0,97% ficou abaixo da meta atuarial de 1,37%.

Nos meses seguintes, observou-se recuperação do desempenho. Em abril de 2026, o fundo apresentou rentabilidade de 1,08%, próxima da meta atuarial de 1,11%, e, em maio, registrou rentabilidade de 1,02%, frente a uma meta de 1,02% com mais casas duvidosas vê-se que a rentabilidade está ligeiramente superior à meta atuarial do mês. Apesar de alguns meses apresentarem resultados inferiores à meta, o desempenho acumulado permaneceu consistente ao longo do período analisado.

Ao final de maio de 2026, a rentabilidade acumulada do fundo alcançou aproximadamente 5,51%, enquanto a meta atuarial acumulada situou-se em torno de 5,50%. Dessa forma, observa-se uma pequena diferença positiva de aproximadamente 0,01 ponto percentual em relação à meta. Ainda assim, o resultado demonstra aderência aos objetivos atuariais, especialmente considerando as oscilações dos mercados financeiros e os desafios impostos pelo cenário econômico.

De maneira geral, os resultados indicam que o Fundo Previdenciário manteve desempenho próximo à meta atuarial durante os cinco primeiros meses de 2026, evidenciando a importância da gestão estratégica dos investimentos para a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do regime previdenciário no longo prazo.

Análise das Instituições Financeiras

TABELA 10 - SALDO MENSAL E RENDIMENTO POR IF

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	% RENDIMENTO	RENDIMENTO	% SALDO	SALDO
BANCO DO BRASIL	15,47%	1.680.394,46	21,81%	R\$199.335.726,09
CAIXA	17,14%	1.861.569,59	25,95%	R\$237.196.354,63
BTG	67,40%	7.322.127,72	52,23%	R\$477.368.127,73
TOTAL	100,00%	10.864.091,78	100,00%	R\$913.900.208,45

Os recursos financeiros do Fundo Previdenciário encontram-se distribuídos entre três instituições financeiras, com maior concentração no BTG Pactual, que detém 52,23% do patrimônio, equivalente a R\$ 477.368.127,73. A Caixa Econômica Federal concentra 25,95% dos recursos, correspondentes a R\$ 237.196.354,63, enquanto o Banco do Brasil responde por 21,81% do patrimônio, totalizando R\$ 199.335.726,09, conforme evidenciado na Tabela 8.

Essa distribuição demonstra uma estratégia de alocação mais diversificada entre as instituições financeiras, reduzindo a concentração anteriormente observada. Além disso, o BTG Pactual apresentou participação relevante tanto no volume de recursos administrados quanto na geração de rendimentos, contribuindo significativamente para o desempenho da carteira. Dessa forma, a composição atual dos investimentos evidencia maior equilíbrio na distribuição dos recursos e aderência às diretrizes estabelecidas pela Política de Investimentos do regime previdenciário

Acompanhamento de Dealers

A GOIASPREV conduz o processo de credenciamento de Instituições Financeiras com o objetivo de viabilizar a compra e venda de títulos públicos federais nos mercados primário e secundário, permitindo, desde março de 2026, o início da operacionalização da Subcarteira de Imunização.

No âmbito desse processo, foi publicado edital para a contratação do serviço de custódia qualificada, tendo sido selecionado como custodiante o BTG Pactual, por ter sido a única instituição a atender integralmente às exigências estabelecidas no edital, além de apresentar proposta compatível com o princípio da economicidade. A contratação foi realizada por meio de inexigibilidade de licitação, nos termos da Lei nº 14.133/2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos).

Atualmente, encontram-se aptas a participar do processo de credenciamento três instituições financeiras cadastradas como *dealers* pelo Banco Central do Brasil, pertencentes aos segmentos S1 e S2, que representam instituições de maior porte e relevância no sistema financeiro nacional. Para que uma Instituição Financeira esteja habilitada a negociar títulos públicos em nome da GOIASPREV, é necessário que percorra cinco etapas no processo de credenciamento, as quais asseguram o atendimento aos critérios técnicos, operacionais e regulatórios estabelecidos pela entidade. Há ainda uma sexta etapa que busca o contínuo escrutínio da Instituição Financeira e por meio dela é possível que a Instituição permaneça habilitada.

ETAPAS DO CREDENCIAMENTO

- 1
- Etapa de avaliação documental pela Gerência de Investimentos;
- 2
- Etapa de inscrição da IF para análise documental pela Comissão Especial de Contratação (Portaria 2168 de 22 de outubro de 2025);
- 3
- Etapa de resultado;
- 4
- Etapa de recursos;
- 5
- Etapa final com a homologação da IF no Diário Oficial do Estado de Goiás;
- 6
- Controle contínuo do credenciamento.

TABELA 11 – ACOMPANHAMENTO DA HABILITAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS COMO DEALERS

INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ETAPA	COMENTÁRIO
BGC	5	Não é IF S1 ou S2 conforme Tabela 10
TULLET	5	Não compõem mais a lista de Dealer do Bacen
BTG CORRETORA	6	Credenciada
SAFRA	6	Credenciada
SANTANDER	2	Falta de documentação por parte da IF
BANCO DO BRASIL	2	Falta de documentação por parte da IF
XP	3	Falta de documentação por parte da IF
CAIXA ECONÔMICA	2	Falta de documentação por parte da IF
ITAU	2	Falta de documentação por parte da IF
✓ ✓ ✓	6	Credenciada

A Tabela 11 apresenta o estágio atual do processo de credenciamento de instituições financeiras para a operacionalização da Subcarteira de Imunização da GOIASPREV, iniciada em março de 2026. Observa-se que três instituições financeiras já concluíram todas as etapas do processo e encontram-se devidamente credenciadas, aptas a realizar operações com títulos públicos em nome da entidade.

Por outro lado, algumas instituições ainda permanecem na fase inicial de análise documental, o que indica que a continuidade do processo

depende das informações e documentos exigidos para a avaliação. Além disso, duas instituições foram desclassificadas por não atenderem aos critérios técnicos estabelecidos, relacionados ao enquadramento nos segmentos de porte do sistema financeiro e à permanência na lista oficial de dealers do Banco Central.

De forma geral, o processo já assegura número suficiente de instituições habilitadas para as operações, ao mesmo tempo em que permanece aberto para a eventual ampliação do número de participantes, conforme o avanço das etapas de credenciamento.

**TABELA 12 – LISTA DE INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS S1 E S2
SEGUNDO O BANCO CENTRAL**

IF	SEGMENTO	IF	SEGMENTO
BB	S1	BCO SICREDI	S2
BRADESCO	S1	BCO DO NORDESTE	S2
BTG PACTUAL	S1	BNDES	S2
CEF	S1	CITIBANK	S2
ITAÚ	S1	NU PAGAMENTOS	S2
SANTANDER	S1	SAFRA	S2
BANCO SICOOB	S2	VOTORANTIM	S2
BANRISUL	S2	XP	S2

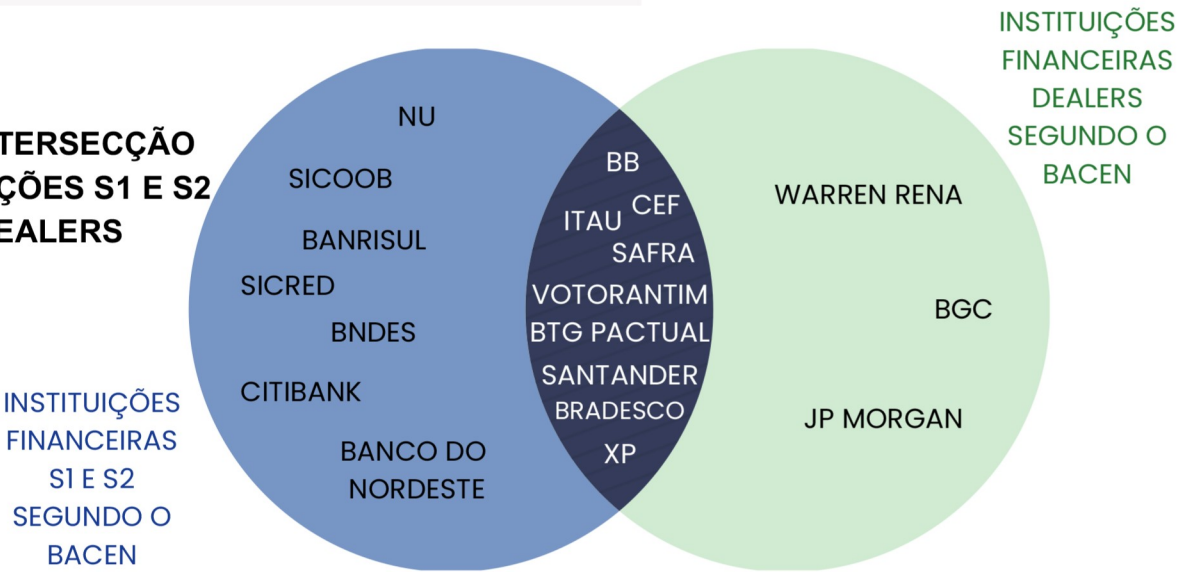
As Tabelas 11 e 12 apresentam os critérios utilizados pela GOIASPREV para garantir maior segurança na seleção das instituições financeiras aptas a negociar títulos públicos. A Tabela 11 relaciona as instituições classificadas nos segmentos S1 e S2, que representam bancos de maior porte e relevância no sistema financeiro nacional, sendo utilizadas como referência para mitigação de risco de crédito.

A Tabela 12 nos mostra quais instituições financeiras são enquadradas como S1 e S2 segundo o Banco Central. Já a Tabela 13 mostra as instituições, que segundo o Banco Central estão credenciadas a operar com o Departamento de Operações do Mercado Aberto (DEMAB). O interesse da análise está na intersecção entre essas duas informações, presente no gráfico 9 abaixo.

**TABELA 13 – TABELA DE INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS
COMO DEALERS PELO BANCO CENTRAL**

INSTITUIÇÕES CREDENCIADAS A OPERAR COM O DEMAB	
BANCO BRADESCO S.A.	ITAÚ UNIBANCO S.A.
BANCO BTG PACTUAL S.A.	WARREN RENA DTVM LTDA.
BANCO J. P. MORGAN S.A.	XP ICCTVM S.A.
BANCO SAFRA S.A.	BGC LIQUIDEZ DTVM LTDA.
BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
BANCO VOTORANTIM S.A.	BANCO DO BRASIL

**GRÁFICO 9 - INTERSECÇÃO
ENTRE INSTITUIÇÕES S1 E S2
COM OS DEALERS**



Acompanhamento dos Riscos

O *Tracking Error* (TE), é a medida estatística que expressa a volatilidade do retorno da subcarteira em relação ao seu *benchmark* ao longo do tempo. Matematicamente, corresponde ao desvio padrão da diferença entre a rentabilidade da subcarteira e a rentabilidade do índice de referência. Diferentemente da subcarteira de risco, na qual o afastamento do *benchmark* pode refletir gestão ativa deliberada, na subcarteira de imunização o objetivo central é a aderência estrutural ao comportamento do índice escolhido, normalmente um indicador que reflita títulos públicos indexados à inflação com duration compatível ao passivo atuarial.

Assim, no âmbito da subcarteira de Liquidez e Estabilidade, o *Tracking Error* (TE) mede o grau de descasamento entre a carteira e o parâmetro que representa, de forma aproximada, a dinâmica das obrigações previdenciárias. Nesse contexto, quanto menor o *Tracking Error* (TE), melhor, pois valores reduzidos indicam que a subcarteira acompanha de forma consistente o *benchmark*, reduzindo o risco de desalinhamento entre ativos e passivos. Um TE elevado, por sua vez, pode indicar inadequação de duration, concentração excessiva, exposição a fatores não previstos ou falhas na estratégia de imunização. Portanto, o resultado desejável é um *Tracking Error* próximo de zero, sinalizando elevada aderência e previsibilidade.

No âmbito da Subcarteira de Risco, a análise desloca-se da aderência ao *benchmark* para a relação entre risco e retorno. Nesse contexto, o *Value at Risk* (VaR) representa uma medida de risco que estima a perda máxima esperada em determinado horizonte temporal, para um nível de confiança previamente definido.

Por exemplo, um VaR mensal de 5% a 95% de confiança indica que, em condições normais de mercado, existe 5% de chance de a perda superar aquele valor no período considerado. O VaR não mede a perda efetiva, mas sim uma estimativa estatística de risco extremo. Nesse caso, quanto menor o VaR, melhor, pois valores mais elevados indicam maior exposição a perdas potenciais. Entretanto, um VaR mais alto pode ser aceitável se estiver associado a maior retorno esperado, desde que compatível com o apetite de risco.

Complementarmente, o Índice de Sharpe mede a eficiência da subcarteira ao relacionar o retorno excedente ao ativo livre de risco com a volatilidade total da carteira. Ele é calculado como a razão entre o prêmio pelo risco (rentabilidade da carteira menos taxa livre de risco) e o desvio padrão da rentabilidade. Diferentemente do VaR, que é uma medida absoluta de risco, o Índice de Sharpe avalia a qualidade do retorno obtido por unidade de risco assumido. Nesse caso, quanto maior o Índice de Sharpe, melhor, pois valores elevados indicam que a carteira está gerando retorno adicional de forma eficiente, compensando adequadamente a volatilidade assumida. Um Sharpe negativo indica que o retorno foi inferior à taxa livre de risco, sinalizando desempenho ineficiente.

Em síntese, na Subcarteira de Liquidez e Estabilidade, o *Tracking Error* deve ser baixo, pois o objetivo é aderência e estabilidade. Já na Subcarteira de Risco, o VaR deve ser controlado e compatível com os limites de risco estabelecidos, enquanto o Índice de Sharpe deve ser o mais elevado possível, indicando eficiência na relação risco-retorno. Cada métrica, portanto, deve ser interpretada à luz do objetivo econômico específico da subcarteira a que se aplica.

**TABELA 14 – TRACKING ERROR DA
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE**

Tracking Error		MAIO	12 MESES
Subcarteira de Liquidez e Estabilidade		0,6118%	118,34%
↳	BB PREV FLUXO FIC FIF RL	0,0008%	0,4699%
↳	CAIXA ALIANÇA TP	0,0013%	0,3741%
↳	CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP FI LP	2,8474%	1163,9222
↳	CAIXA BRASIL FI RF REF DI LP	0,0095%	1,4402%
↳	BB PREV DI LP PERFIL FIC	0,0079%	1,5557%
↳	BTG PACTUAL SELIC S FIF RF	0,0022%	0,8666%
↳	BB REF DI TP	0,0033%	0,7605%
↳	CAIXA TOPÁZIO CORPORATIVO	0,0036%	0,9611%
↳	CAIXA BRASIL MATRIZ FI RF	0,0148%	3,6555%
↳	CAIXA BRASIL TP FI RF LP	0,0084%	4,9031%
↳	CAIXA BRASIL IRF-M 1	0,1648%	36,2418%
↳	BB PREV RF IRF-M1 TP	0,1563%	35,6663%
↳	BB PREV RF TP VÉRTICE 2027	0,2526%	392,6805%
↳	LTN 01.04.2027	2,4285%	995,2293%
↳	CAIXA GESTÃO ESTRATÉGICA	12,6806%	5232,0902
↳	BB PREV RF TP VÉRTICE 2030	16,0308%	16694,580
↳	BB PREV RF IRF-M1+	51,15%	27647,23%

O Tracking Error da Subcarteira de Liquidez e Estabilidade foi de 0,6118% no mês e 118,34% em 12 meses, refletindo o grau de dispersão dos retornos dos ativos em relação aos respectivos índices de referência.

Os fundos com estratégia atrelada ao CDI, como BB Prev Fluxo Simples, Caixa Aliança e BB Referenciado DI TP, apresentaram tracking errors reduzidos, evidenciando comportamento aderente aos seus benchmarks e baixa variabilidade relativa de desempenho.

Em contrapartida, os fundos com maior exposição a risco de mercado e sensibilidade às oscilações das taxas de juros, especialmente aqueles vinculados aos índices IRF-M, IMA e estratégias de vértice, registraram tracking errors mais elevados. Esse comportamento é compatível com a natureza desses investimentos, cujos retornos tendem a apresentar maior distanciamento dos índices de referência em determinados períodos, em razão das variações nas curvas de juros e das estratégias de gestão adotadas. Dessa forma, os resultados observados refletem as características dos diferentes segmentos que compõem a subcarteira e a diversidade de estratégias presentes em sua composição.

Destacam-se os fundos BB Prev RF TP Vértice 2027, LTN 01.04.2027, Caixa Gestão Estratégica, BB Prev RF TP Vértice 2030 e BB Prev RF IRF-M1+, que apresentaram os maiores níveis de Tracking Error, tanto no período mensal quanto no acumulado de 12 meses. Esse comportamento reflete as características dessas estratégias, que possuem maior exposição a títulos de prazo mais longo e maior sensibilidade às oscilações das taxas de juros e aos efeitos da marcação a mercado.

Dessa forma, os resultados observados evidenciam uma dinâmica de retorno distinta daquela apresentada pelos respectivos índices de referência, especialmente em períodos de maior volatilidade no mercado de renda fixa. Esse comportamento é esperado para ativos com duration mais elevada, cujos preços tendem a reagir de forma mais intensa às mudanças nas expectativas para a trajetória dos juros, contribuindo para uma maior dispersão dos retornos em relação aos benchmarks adotados.

TABELA 15 - ÍNDICE SHARPE E VaR DA SUBCARTEIRA DE RISCO

Índice Sharpe	MAIO	12 MESES
Subcarteira - Risco	-1,7816%	0,5605%
↳ CX BR ELETROBRAS	-2,1506%	1,4591%
↳ CX BR AÇÕES LIVRE	-1,0867%	0,6463%
↳ BB AÇÕES GOVERNANÇA	-2,1410%	0,0304%

Os resultados do Índice de Sharpe da Subcarteira de Risco devem ser interpretados com cautela, uma vez que os valores negativos observados refletem retornos inferiores à taxa livre de risco no período analisado. Nessas circunstâncias, o indicador perde sua capacidade de comparar adequadamente a eficiência entre os ativos, passando a sinalizar, de forma geral, que o retorno obtido não foi suficiente para compensar o risco assumido.

A análise do Value at Risk (VaR) complementa essa avaliação ao indicar elevado nível de exposição ao risco, especialmente no curto prazo. A subcarteira registrou VaR mensal de -11,7155%, com destaque para os fundos Caixa Ações Livre (-35,4279%) e Caixa Eletrobras (-44,0231%), que apresentaram maior sensibilidade às oscilações do mercado. Embora o horizonte de 12 meses ainda evidencie riscos relevantes, observa-se uma redução da intensidade das perdas potenciais em parte dos ativos, sugerindo que os movimentos mais adversos estiveram mais concentrados no período recente. Dessa forma, os indicadores apontam para um ambiente de maior volatilidade no curto prazo, mas com melhor equilíbrio entre risco e retorno quando analisado em uma perspectiva mais ampla.

VaR	MAIO	12 MESES
Subcarteira - Risco	-11,7155%	-29,8260%
↳ CX BR ELETROBRAS	-17,5997%	-44,0231%
↳ CX BR AÇÕES LIVRE	-14,7912%	-35,4279%
↳ BB AÇÕES GOVERNANÇA	-9,0724%	-25,9955%

TABELA 16 - MARGEM SOBRE A META ATUARIAL DA CARTEIRA CONSOLIDADA

Margem sobre a Meta Atuarial	MAIO	2026
CARTEIRA CONSOLIDADA	0,6735%	5,5551%

A Carteira Consolidada apresentou, em maio de 2026, margem positiva de 0,6735% em relação à meta atuarial, indicando que a rentabilidade obtida no período superou o retorno mínimo necessário para o cumprimento dos objetivos atuariais do regime. Esse resultado demonstra que os investimentos apresentaram desempenho satisfatório no mês, contribuindo para a formação de resultado acima da meta estabelecida.

Ao se observar o acumulado de 2026, a carteira registra margem de 5,5551% sobre a meta atuarial, evidenciando um desempenho consistente e superior ao parâmetro atuarial definido para o exercício. Esse resultado reforça a capacidade da carteira de gerar retornos compatíveis com as necessidades do plano previdenciário, contribuindo para o fortalecimento do equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

Dessa forma, os resultados observados tanto no mês quanto no acumulado do exercício demonstram a efetividade da estratégia de investimentos adotada, proporcionando rentabilidade superior à meta atuarial e contribuindo para a sustentabilidade dos compromissos previdenciários de longo prazo.

TABELA 17 - RATING DAS AGÊNCIAS CLASSIFICADORAS E GINV

GINV	Fitch	S&P	Moody's	Score	
AAA	AAA	AAA	Aaa		Grau de investimento
AA	AA	AA	Aa		
A	A	A	A		
BBB	BBB	BBB	Baa		Grau especulativo
BB	BB	BB	Ba		
B	B	B	B		
CCC	CCC	CCC	Caa		
CC	CC	CC	Ca		
C	C	C			
RD	RD	D	C		
D	D				

TABELA 18 - PROPORÇÃO DOS PAPEIS QUE CONSTITUEM OS FUNDOS POR RATING

FUNDO	AAA	AA	BBB	TOTAL
CAIXA BRASIL MATRIZ FIF RENDA FIXA	15,96%	17,68%	3,52%	37,16%
CAIXA BRASIL FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP	14,84%	17,16%	2,57%	34,57%

As tabelas apresentadas consolidam as classificações de risco de crédito atribuídas pelas principais agências internacionais. A partir desses referenciais amplamente utilizados pelo mercado, foi estruturado um padrão interno denominado GINV, que permite padronizar a análise e facilitar a mensuração do risco de crédito no âmbito da carteira.

As faixas compreendidas entre AAA e A representam o grau elevado de qualidade de crédito, também conhecido como grau de investimento, indicando emissores com elevada capacidade de honrar seus compromissos financeiros. A categoria BBB ainda integra o grau de investimento, embora represente o limite inferior dessa classificação. Abaixo desse patamar, iniciam-se as categorias BB e B, enquadradas como grau especulativo, caracterizadas por maior sensibilidade a condições econômicas adversas. As classificações CCC, CC e C indicam grau baixo de qualidade de crédito ou situação extremamente especulativa, enquanto os níveis RD e D representam situação de moratória ou default.

Importante destacar que o rating é aplicado exclusivamente aos fundos que detenham ativos com risco de crédito privado, uma vez que títulos públicos federais estão sujeitos ao risco soberano e não demandam avaliação individualizada de crédito privado. No âmbito da GOIASPREV, essa metodologia é utilizada especificamente para os fundos CAIXA BRASIL MATRIZ RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA e CAIXA BRASIL RESP LIMITADA FIF RENDA FIXA REFERENCIADO DI LP, por apresentarem em sua composição ativos emitidos por instituições financeiras ou empresas privadas.

Ambos os fundos possuem exposição a risco de crédito em aproximadamente 35% dos papéis, em que a maior composição é dada pelos títulos com AA (aprox. 17%), seguida dos títulos AAA (aprox. 15%) e por último, os títulos com menor proporção nos fundos são aqueles classificados como BBB (aprox. 3%). Isso demonstra que os fundos possuem papéis mais seguros, confirmando a posição conservadora da GOIASPREV.

Análise do Desempenho das Subcarteiras

TABELA 19 - DESEMPENHO DAS SUBCARTEIRAS PELOS BENCHMARKS

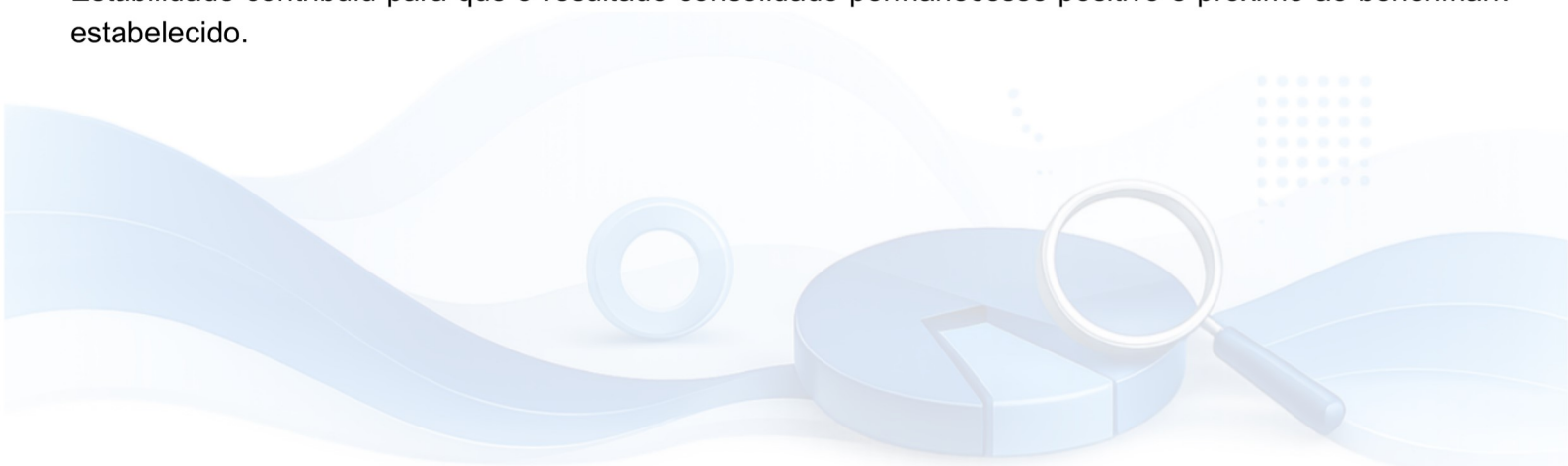
DESEMPENHO	RENTABILIDADE DA SUBCARTEIRA	RENTABILIDADE DO BENCHMARK	IAR	ΔR	ERRP	Tracking Error
SUBCARTEIRA DE LIQUIDEZ E ESTABILIDADE	1,0102%	99,06%	0,999458	-0,000547	-0,052849	0,003079
SUBCARTEIRA DE RISCO (IBrX-100)	-8,7773%	79,09%	1,007513	0,007503	5,84335	0,036405
CARTEIRA CONSOLIDADA	1,0266%	100,6734%	0,995949	-0,004112	-0,276181	0,004595

A avaliação do desempenho das subcarteiras e da Carteira Consolidada demonstra diferentes comportamentos em relação aos respectivos benchmarks. A Subcarteira de Liquidez e Estabilidade apresentou rentabilidade de 1,0102%, alcançando 99,06% do benchmark de referência, com IAR de 0,999458 e Tracking Error de 0,003079, evidenciando elevada aderência ao índice e baixo risco ativo.

A Subcarteira de Risco (IBrX-100) registrou rentabilidade de -8,7773%, refletindo o cenário adverso da renda variável no período. Apesar do resultado negativo, apresentou IAR de 1,007513, indicando aderência satisfatória ao benchmark, porém com Tracking Error de 0,036405, demonstrando maior volatilidade e risco ativo, características inerentes aos investimentos em ações.

Por sua vez, a Carteira Consolidada obteve rentabilidade de 1,0266%, superando seu benchmark, que atingiu 100,6734% da meta de referência. O IAR de 0,995949 e o Tracking Error de 0,004595 evidenciam elevado grau de aderência ao benchmark e baixo desvio em relação ao desempenho esperado.

De forma geral, os indicadores demonstram que a Carteira Consolidada manteve desempenho consistente e alinhado aos seus referenciais, com adequado controle de risco. Embora a Subcarteira de Risco tenha sido impactada pela volatilidade do mercado acionário, a performance da Subcarteira de Liquidez e Estabilidade contribuiu para que o resultado consolidado permanecesse positivo e próximo ao benchmark estabelecido.



Sustentabilidade – ESG

O monitoramento dos riscos Ambientais, Sociais e de Governança (ASG ou ESG) fundamenta-se nas obrigações estabelecidas pela Resolução CMN nº 5.272/2025, que exige que o gestor de RPPS monitore riscos inerentes a cada operação, incluindo os aspectos de sustentabilidade quando materiais e relevantes.

Dada a recente implementação dessas diretrizes, observa-se que o setor ainda não definiu uma abordagem uniforme de monitoramento. Contudo, órgãos de fiscalização e controle, notadamente a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), já demonstram a centralidade do tema. Destaca-se a alteração da Resolução CVM nº 193/2023 pela Resolução CVM nº 227/2025. Até então, a elaboração de relatórios de sustentabilidade era voluntária, seguindo o padrão internacional do International Sustainability Standards Board (ISSB).

Com a nova resolução, estabeleceu-se a obrigatoriedade de elaboração e divulgação do Relatório de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade, com base nas normas do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS). O cronograma define o seguinte marco:

A partir de 01/01/2026 - Tornou-se obrigatória a divulgação de relatórios financeiros de sustentabilidade por empresas de capital aberto através da CVM nº 193/2023, contudo tal normativo foi revogado em 29/05/2026 pela CVM 244/2026

Portanto, compreende-se que o monitoramento pleno desses eventos e informações ainda enfrenta a escassez de dados padronizados, visto que as companhias abertas que estavam em fase de adaptação e ainda não disponibilizaram os referidos relatórios sob o novo rito, agora retornam para o caráter de publicação facultativo. O agente regulador que antes se movimenta para padronizar as informações que serão produzidas por meio do Comitê Brasileiro de Pronunciamentos de Sustentabilidade (CBPS/CVM).

A Goiás Previdência (GOIASPREV), cabe aguardar a emissão dessas informações, bem como acompanhar os comunicados e pareceres do Comitê de Sustentabilidade, visando compreender os movimentos do mercado e selecionar os indicadores que serão integrados à análise de risco da carteira.



Controle de Atividades

	Relatório de Investimentos	Observações
Enquadramento legal e à Política de Investimentos	Tabela 3 (pag. 14) Tabela 4 (pag. 15)	
Desenquadramentos e medidas corretivas		Não houve desenquadramentos
Risco de mercado (retorno, volatilidade, VaR, tracking Error e Índice Sharpe	Tabela 14 (pag. 30) Tabela 15 (pag. 31)	
Risco de crédito (exposição e concentração)	Tabela 17 (pag. 32)	
Análise consolidada de riscos	Tabela 16 (pag. 31)	
Levantamento e monitoramento de custos	Tabela 8 (pag. 21)	
Avaliação do impacto dos custos	Tabela 8 (pag. 21)	
Credenciamento de Instituições Financeiras	Tabela 11 (pag. 27)	
Monitoramento contínuo de credenciados	Tabela 10 e 11(pag. 25)	
Monitoramento dos fundos em exposição ao Exterior		Não há aplicações em fundos estrangeiros
ESG na gestão de Investimento do RPPS	Página 34	

Goiás Previdência

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Gilvan Cândido da Silva

Presidente

Marcos Medeiros da Silva

Diretor de Gestão Integrada

Adriana Jesus Silva Batista

Gerente de Contabilidade

Antonio Francisco Craveiro Portela

Gerente de Investimento

Ricardo Mendes

Gestor de Finanças e Controle - CGE



**Conheça a Política
de Investimentos**

Diretoria de Gestão de Ativos e Passivos

Leonardo Lúcio Barbosa Ferreira

Diretor de Gestão de Ativos e Passivos

Liah de Deus Coutinho

Analista Administrativa

Gerência de Investimentos

Antonio Francisco Craveiro Portela

Gerente de Investimentos

Sirlene Najar de Avila Teles

Assessora de Investimentos

Felipe da Silva

Analista de Investimentos

Paulo José Paiva Guimarães

Analista de Investimentos

Oliveira Gomes de Sousa Junior

Assistente de Investimentos

Ana Paula dos Santos Torres

Analista de Investimentos



Referência: Processo nº 202611129001777

Interessado: DIRETORIA EXECUTIVA

Assunto: Parecer acerca do relatório de investimentos de Maio 2026

PARECER Nº 11/2026/GOIASPREV/CI-19523

PARECER TÉCNICO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS RELATIVO AO RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS (Maio/2026)

1. Contextualização

O presente parecer tem por objetivo analisar a apresentação referente ao desempenho do Fundo Previdenciário do RPPS/GO no mês de Maio de 2026. O documento integra as rotinas de acompanhamento mensal do portfólio, conforme as diretrizes da Resolução CMN nº 5272/2025 e das práticas de governança estabelecidas pelo Pró-Gestão RPPS.

2. Panorama Econômico e Cenário Macroeconômico

O Boletim Focus e os principais indicadores econômicos referentes a Maio de 2026 continuam sinalizando a elevação das expectativas inflacionárias, refletindo um ambiente de maior pressão sobre os preços e sucessivas revisões altistas das projeções ao longo do período. Outro ponto relevante é a revisão, por parte do mercado, da expectativa para a taxa Selic ao final de 2026, passando de 13,00% a.a. para 13,25% a.a., o que evidencia a manutenção de uma política monetária ainda restritiva e, conseqüentemente, a expectativa de um menor ritmo de cortes de juros por parte do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central. Nesse cenário, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acumulado em 12 meses encontra-se em 4,72%, posicionando-se acima do limite superior da meta de inflação (4,50%) e ainda distante do centro da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), fixada em 3,00%. No resultado mensal, a inflação de Maio de 2026 registrou variação de 0,58%, ficando ligeiramente acima da expectativa projetada pelo Boletim Focus para o período.

No mercado financeiro, a curva de juros futuros (DI) apresentou elevação ao longo do mês de Maio de 2026, revertendo parcialmente o movimento de fechamento observado em abril. Esse comportamento refletiu o aumento das incertezas no cenário internacional, especialmente em relação às negociações envolvendo Estados Unidos e Irã, que voltaram a gerar preocupações quanto aos riscos geopolíticos e seus potenciais impactos sobre os preços globais de energia e a inflação. No ambiente doméstico, o mercado também passou a incorporar expectativas de inflação mais elevadas, o que contribuiu para a abertura das taxas

ao longo dos diversos vértices da curva. Nesse contexto, a estrutura a termo de juros continuou refletindo uma postura cautelosa dos agentes econômicos, com a perspectiva de flexibilização monetária condicionada à efetiva convergência da inflação para a meta, à evolução do cenário fiscal e à redução das incertezas externas, fatores que permanecem influenciando a precificação dos ativos de renda fixa.

O comunicado mais recente do Comitê de Política Monetária (Copom) destaca que o cenário macroeconômico permanece marcado por elevada incerteza, especialmente em razão dos conflitos no Oriente Médio e de seus potenciais impactos sobre as condições financeiras globais, os preços das commodities e a inflação. Nesse contexto, o Comitê ressalta a necessidade de cautela diante do aumento da volatilidade nos mercados internacionais. No cenário doméstico, os indicadores apontam recuperação da atividade econômica em relação ao final de 2025, embora permaneça a expectativa de desaceleração ao longo de 2026. O mercado de trabalho segue resiliente, enquanto a inflação e seus núcleos permanecem acima da meta, com expectativas inflacionárias desancoradas para os próximos anos.

O Copom avaliou que os riscos para a inflação continuam elevados, influenciados por fatores como expectativas de inflação persistentes, possíveis impactos dos preços do petróleo, pressões no mercado de trabalho e incertezas fiscais. Diante desse quadro, e considerando os efeitos já observados da política monetária restritiva sobre a atividade econômica, o Comitê decidiu reduzir a taxa Selic para 14,25% ao ano. Por fim, a autoridade monetária reiterou que as próximas decisões dependerão da evolução da inflação, das expectativas econômicas e do cenário internacional, mantendo uma postura de serenidade, cautela e flexibilidade na condução da política monetária.

3. Desempenho e Rentabilidade do Fundo Previdenciário

O Fundo Previdenciário apresentou expansão dos recursos administrados, alcançando R\$ 914.252.876,68 em Maio de 2026, o que representa crescimento de 14,94% em relação ao fechamento de janeiro de 2026. O portfólio mantém-se plenamente enquadrado nos limites da Resolução CMN nº 5.272/2025 demonstrando aderência aos critérios prudenciais de diversificação e concentração por emissor.

Para o mês de Maio de 2026, o Fundo Previdenciário obteve rentabilidade mensal de 1,02%, ficando compatível com a meta atuarial mensal de 1,02%. Em comparação ao CDI de Maio de 2026 (1,07%), atingiu uma rentabilidade de 95,33%. No acumulado do ano, a rentabilidade atingiu 5,51%, frente à meta atuarial anual de 5,50%, representando 100,28% da meta alcançada. Em relação ao CDI acumulado no ano (5,65%), o desempenho foi de 97,52%. Tais resultados refletem a eficiência da política de alocação, sendo impulsionados, principalmente, pelas posições em fundos atrelados a títulos indexados a inflação.

4. Conclusão e Encaminhamento

Diante do exposto, conclui-se que:

1. O relatório apresenta resultados aderentes à Política de Investimentos vigente;

2. O portfólio encontra-se regularmente enquadrado nos parâmetros legais, normativos e com a Política de Investimentos vigente em 2026;
3. As práticas de governança, controle e acompanhamento da gestão estão em conformidade com o Pró-Gestão RPPS e a Resolução CMN nº 5.272/2025;
4. O Comitê aprova o Relatório de Investimentos referente a Maio de 2026.
5. Encaminha-se à DIREX para deliberações posteriores.

Goiânia, 22 de junho de 2026.

Gilvan Cândido da Silva
Presidente do Comitê

Antonio Francisco Craveiro Portela
Membro do Comitê

Adriana Jesus Silva Batista
Membro do Comitê

Marcos Medeiros da Silva
Membro do Comitê



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO FRANCISCO CRAVEIRO PORTELA, Gerente**, em 29/06/2026, às 10:26, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **MARCOS MEDEIROS DA SILVA, Diretor**, em 13/07/2026, às 09:35, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANA JESUS SILVA BATISTA, Assessor (a)**, em 13/07/2026, às 09:41, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **GILVAN CANDIDO DA SILVA, Presidente**, em 14/07/2026, às 18:22, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site
[http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1)
acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código
verificador **92134387** e o código CRC **ACC70A0E**.



Referência: Processo nº 202611129001777



SEI 92134387